

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	9
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	12
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	14
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	15
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	16
--	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	18
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	19
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	20
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	21
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	23
---	----

Notas Explicativas	38
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	88
--	----

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	91
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	93
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	94
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2023
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.209.346.079
Preferenciais	0
Total	2.209.346.079
Em Tesouraria	
Ordinárias	171.437
Preferenciais	0
Total	171.437

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
1	Ativo Total	8.700.847	7.469.544	6.407.623
1.01	Ativo Circulante	165.167	179.954	435.263
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	154.007	175.729	434.954
1.01.06	Tributos a Recuperar	10.963	4.130	251
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	10.963	4.130	251
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	197	95	58
1.01.08.03	Outros	197	95	58
1.02	Ativo Não Circulante	8.535.680	7.289.590	5.972.360
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	0	2.005	2.000
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	0	2.005	2.000
1.02.02	Investimentos	8.535.680	7.287.585	5.970.360
1.02.02.01	Participações Societárias	8.535.680	7.287.585	5.970.360
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	8.535.680	7.287.585	5.970.360

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2	Passivo Total	8.700.847	7.469.544	6.407.623
2.01	Passivo Circulante	22.519	13.062	4.086
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	22.442	12.888	581
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	22.442	12.888	581
2.01.02	Fornecedores	0	69	0
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	0	69	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	77	103	3.505
2.01.05	Outras Obrigações	0	2	0
2.01.05.02	Outros	0	2	0
2.01.05.02.04	Outros passivos	0	2	0
2.02	Passivo Não Circulante	6.056	876	350
2.02.02	Outras Obrigações	0	350	350
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	350	350
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	0	350	350
2.02.04	Provisões	6.056	526	0
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	6.056	526	0
2.02.04.01.05	Provisão para riscos	6.056	526	0
2.03	Patrimônio Líquido	8.672.272	7.455.606	6.403.187
2.03.01	Capital Social Realizado	8.013.514	4.780.929	4.780.929
2.03.02	Reservas de Capital	41.237	44.217	44.217
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-2.980	0	0
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	44.217	44.217	44.217
2.03.04	Reservas de Lucros	617.521	2.630.460	1.578.041
2.03.04.01	Reserva Legal	192.566	131.523	78.902
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	424.955	2.498.937	1.499.139

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	1.206.966	1.029.477	721.209
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-37.680	-25.938	-11.336
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-3.449	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.248.095	1.055.415	732.545
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.206.966	1.029.477	721.209
3.06	Resultado Financeiro	14.431	24.735	50.122
3.06.01	Receitas Financeiras	15.657	25.960	50.813
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.226	-1.225	-691
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.221.397	1.054.212	771.331
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-541	-1.793	-12.400
3.08.01	Corrente	-541	-1.793	-12.400
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.220.856	1.052.419	758.931
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.220.856	1.052.419	758.931
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,55	0,48	0,16
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,55	0,48	0,16

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	1.220.856	1.052.419	758.931
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.220.856	1.052.419	758.931

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-19.187	2.590	30.134
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-21.709	-2.470	26.386
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.221.397	1.054.212	771.331
6.01.01.10	Resultado de equivalência patrimonial	-1.248.095	-1.055.415	-732.545
6.01.01.11	Imposto de renda e contribuição social	-541	-1.793	-12.400
6.01.01.12	Provisão para riscos	5.530	526	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	2.522	5.060	3.748
6.01.02.03	Tributos a recuperar	-6.833	-3.879	607
6.01.02.05	Outros ativos	-102	-37	-58
6.01.02.06	Fornecedores	-69	69	-185
6.01.02.07	Obrigações trabalhistas e tributárias	9.528	8.905	3.384
6.01.02.09	Outros passivos	-2	2	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	0	-261.810	-1.472.725
6.02.05	Aporte de capital em investidas	0	-261.810	-1.472.725
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-2.535	-5	-2.000
6.03.02	Partes relacionadas	1.655	-5	-2.000
6.03.08	Outorga de ações restritas	3.275	0	0
6.03.09	Recuperação de ações	-7.465	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-21.722	-259.225	-1.444.591
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	175.729	434.954	1.879.545
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	154.007	175.729	434.954

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.780.929	44.217	2.630.460	0	0	7.455.606
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.780.929	44.217	2.630.460	0	0	7.455.606
5.04	Transações de Capital com os Sócios	3.229.605	0	-3.233.795	0	0	-4.190
5.04.01	Aumentos de Capital	3.232.585	0	-3.232.585	0	0	0
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	-7.465	0	0	0	0	-7.465
5.04.13	Outorga de ações restritas	3.275	0	0	0	0	3.275
5.04.14	Deságio na outorga de ações	1.210	0	-1.210	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.220.856	0	1.220.856
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.220.856	0	1.220.856
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.220.856	-1.220.856	0	0
5.06.04	Reserva de incentivos fiscais	0	0	1.159.813	-1.159.813	0	0
5.06.05	Reserva legal	0	0	61.043	-61.043	0	0
5.07	Saldos Finais	8.010.534	44.217	617.521	0	0	8.672.272

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.780.929	44.217	1.578.041	0	0	6.403.187
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.780.929	44.217	1.578.041	0	0	6.403.187
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.052.419	0	1.052.419
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.052.419	0	1.052.419
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.052.419	-1.052.419	0	0
5.06.04	Reserva legal	0	0	52.621	-52.621	0	0
5.06.05	Reserva de incentivos fiscais	0	0	999.798	-999.798	0	0
5.07	Saldos Finais	4.780.929	44.217	2.630.460	0	0	7.455.606

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.780.929	44.217	819.110	0	0	5.644.256
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.780.929	44.217	819.110	0	0	5.644.256
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	758.931	0	758.931
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	758.931	0	758.931
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	758.931	-758.931	0	0
5.06.04	Reserva de incentivos fiscais	0	0	720.984	-720.984	0	0
5.06.05	Reserva Legal	0	0	37.947	-37.947	0	0
5.07	Saldos Finais	4.780.929	44.217	1.578.041	0	0	6.403.187

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-6.068	-2.393	-3.617
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-6.068	-2.393	-3.617
7.03	Valor Adicionado Bruto	-6.068	-2.393	-3.617
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-6.068	-2.393	-3.617
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.263.752	1.081.375	783.358
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.248.095	1.055.415	732.545
7.06.02	Receitas Financeiras	15.657	25.960	50.813
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.257.684	1.078.982	779.741
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.257.684	1.078.982	779.741
7.08.01	Pessoal	35.061	23.545	7.006
7.08.01.01	Remuneração Direta	29.780	21.983	6.926
7.08.01.02	Benefícios	5.179	1.347	1
7.08.01.03	F.G.T.S.	102	215	79
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	541	1.793	13.474
7.08.02.01	Federais	541	1.793	13.474
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.226	1.225	330
7.08.03.01	Juros	1.226	1.225	91
7.08.03.02	Aluguéis	0	0	239
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.220.856	1.052.419	758.931
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.220.856	1.052.419	758.931

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
1	Ativo Total	16.357.296	13.263.938	9.954.991
1.01	Ativo Circulante	10.370.535	8.800.267	6.272.157
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.289.138	1.795.647	877.255
1.01.03	Contas a Receber	3.457.628	2.548.256	1.816.264
1.01.03.01	Clientes	3.457.628	2.548.256	1.816.264
1.01.04	Estoques	5.087.655	3.985.375	3.498.630
1.01.06	Tributos a Recuperar	419.631	379.672	67.338
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	419.631	379.672	67.338
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	116.483	91.317	12.670
1.01.08.03	Outros	116.483	91.317	12.670
1.02	Ativo Não Circulante	5.986.761	4.463.671	3.682.834
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	352.357	238.136	190.889
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	882	1.508	3.071
1.02.01.07	Tributos Diferidos	239.491	165.856	135.289
1.02.01.07.02	Tributos a Recuperar	239.491	165.856	135.289
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	104	7.238	7.321
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	104	7.238	7.321
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	111.880	63.534	45.208
1.02.01.10.03	Outros ativos	84.444	42.726	28.868
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	27.436	20.808	16.340
1.02.02	Investimentos	19.238	20	0
1.02.03	Imobilizado	5.581.326	4.221.000	3.489.389
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.730.515	2.960.185	2.581.885
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	1.850.811	1.260.815	907.504
1.02.04	Intangível	33.840	4.515	2.556
1.02.04.01	Intangíveis	33.840	4.515	2.556
1.02.04.01.02	Intangível	33.840	4.515	2.556

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2	Passivo Total	16.357.296	13.263.938	9.954.991
2.01	Passivo Circulante	4.235.730	2.753.346	1.650.337
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	394.255	301.307	224.680
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	394.255	301.307	224.680
2.01.02	Fornecedores	3.039.206	2.008.574	1.056.585
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	3.039.206	2.008.574	1.056.585
2.01.03	Obrigações Fiscais	212.910	132.164	98.616
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	212.910	22.311	16.124
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	0	108.571	80.034
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	0	1.282	2.458
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	501.028	273.105	233.969
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	0	101.429	81.740
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	0	101.429	81.740
2.01.04.02	Debêntures	465.402	91.402	91.092
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	35.626	80.274	61.137
2.01.05	Outras Obrigações	88.331	38.196	36.487
2.01.05.02	Outros	88.331	38.196	36.487
2.01.05.02.04	Tributos parcelados	11.977	10.402	30.002
2.01.05.02.10	Outros passivos	76.354	27.794	6.485
2.02	Passivo Não Circulante	3.348.053	2.968.607	1.828.073
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.241.524	2.895.283	1.760.073
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	637.372	548.352
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	0	637.372	548.352
2.02.01.02	Debêntures	1.313.982	1.000.850	321.185
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	1.927.542	1.257.061	890.536
2.02.02	Outras Obrigações	29.218	25.097	20.279
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	29.218	25.097	20.279
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	29.218	25.097	20.279

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2.02.03	Tributos Diferidos	17.490	20.181	32.534
2.02.04	Provisões	59.821	28.046	15.187
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	59.821	28.046	15.187
2.02.04.01.05	Provisões para riscos	59.821	28.046	15.187
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	8.773.513	7.541.985	6.476.581
2.03.01	Capital Social Realizado	8.013.514	4.780.929	4.780.929
2.03.02	Reservas de Capital	41.237	44.217	44.217
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	44.217	44.217	44.217
2.03.02.07	Ações em tesouraria	-2.980	0	0
2.03.04	Reservas de Lucros	617.521	2.630.460	1.578.041
2.03.04.01	Reserva Legal	192.566	131.523	78.902
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	424.955	2.498.937	1.499.139
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	101.241	86.379	73.394

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	26.773.586	21.768.477	15.876.857
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-20.960.658	-16.969.435	-12.174.415
3.03	Resultado Bruto	5.812.928	4.799.042	3.702.442
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-4.130.317	-3.433.758	-2.786.275
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.390.155	-3.611.233	-2.727.008
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	259.838	177.475	-59.267
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.682.611	1.365.284	916.167
3.06	Resultado Financeiro	-405.323	-276.970	-128.617
3.06.01	Receitas Financeiras	241.997	183.666	141.263
3.06.02	Despesas Financeiras	-647.320	-460.636	-269.880
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.277.288	1.088.314	787.550
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-42.650	-23.519	-18.759
3.08.01	Corrente	-42.650	-23.519	-18.759
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.234.638	1.064.795	768.791
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	1.234.638	1.064.795	768.791
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.220.856	1.052.419	758.931
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	13.782	12.376	9.860
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,55	0,48	0,16
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,55	0,48	0,16

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	1.234.638	1.064.795	768.791
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	1.234.638	1.064.795	768.791
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.220.856	1.052.419	758.931
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	13.782	12.376	9.860

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	954.378	977.778	-104.260
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.026.366	1.694.324	1.188.571
6.01.01.01	Depreciação e amortização	353.392	329.168	264.958
6.01.01.02	Atualização passivos de arrendamento	169.611	115.659	57.476
6.01.01.03	Provisão para obsolescência e quebras	10.490	23.532	1.085
6.01.01.04	Atualização monetária de arrendamentos	-2.338	-4.993	41.036
6.01.01.05	Provisão para crédito de liquidação duvidosa	21.194	16.189	8.337
6.01.01.06	Juros sobre empréstimos, financiamento e debêntures provisionados	200.365	136.026	38.143
6.01.01.07	Baixa de imobilizado	7.239	1.089	10.123
6.01.01.08	Provisão para riscos	31.775	12.859	-2.021
6.01.01.09	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.277.288	1.088.314	787.550
6.01.01.10	Imposto de renda e contribuição social	-42.650	-23.519	-18.759
6.01.01.12	Outras provisões	0	0	643
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-928.821	-646.812	-1.282.003
6.01.02.01	Contas a Receber	-924.319	-748.181	-519.143
6.01.02.02	Estoques	-1.112.770	-510.277	-882.182
6.01.02.03	Tributos a recuperar	-70.010	-342.901	-40.505
6.01.02.04	Depósitos judiciais	-6.628	-4.468	-1.583
6.01.02.05	Outros ativos	-66.864	-92.505	-31.161
6.01.02.06	Fornecedores	1.030.632	951.989	111.981
6.01.02.07	Obrigações trabalhistas e tributárias	173.694	110.175	48.102
6.01.02.08	Tributos parcelados	-1.116	-31.953	32.791
6.01.02.09	Outros passivos	48.560	21.309	-303
6.01.03	Outros	-143.167	-69.734	-10.828
6.01.03.01	Juros pagos	-143.167	-69.734	-10.828
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.080.243	-599.585	-1.423.406
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-1.180.292	-868.371	-1.432.460
6.02.02	Aquisição de intangível	-32.331	-2.159	-2.840

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.02.04	Aplicação em títulos e valores mobiliários	626	1.563	11.894
6.02.05	Aporte de capital em investidas	-19.238	-20	0
6.02.06	Outorga de ações restritas	3.275	0	0
6.02.07	Venda de imobilizado	155.182	269.402	0
6.02.08	Recompra de ações	-7.465	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-380.644	540.199	292.536
6.03.01	Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	86.595	944.512	533.326
6.03.02	Partes relacionadas	5.008	4.901	459
6.03.04	Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	-195.462	-222.120	-110.767
6.03.06	Participação de não controladores	1.080	609	250
6.03.07	Pagamento passivo de arrendamento	-277.865	-187.703	-130.732
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-506.509	918.392	-1.235.130
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.795.647	877.255	2.112.385
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.289.138	1.795.647	877.255

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	4.780.929	44.217	2.630.460	0	0	7.455.606	86.379	7.541.985
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	-95	-95
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.780.929	44.217	2.630.460	0	0	7.455.606	86.284	7.541.890
5.04	Transações de Capital com os Sócios	3.229.605	0	-3.233.795	0	0	-4.190	0	-4.190
5.04.01	Aumentos de Capital	3.232.585	0	-3.232.585	0	0	0	0	0
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	-7.465	0	0	0	0	-7.465	0	-7.465
5.04.13	Outorga de ações restritas	3.275	0	0	0	0	3.275	0	3.275
5.04.14	Deságio na outorga de ações	1.210	0	-1.210	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.220.856	0	1.220.856	14.957	1.235.813
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.220.856	0	1.220.856	13.782	1.234.638
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	0	1.175	1.175
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.220.856	-1.220.856	0	0	0	0
5.06.04	Reserva de incentivos fiscais	0	0	1.159.813	-1.159.813	0	0	0	0
5.06.05	Reserva legal	0	0	61.043	-61.043	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	8.010.534	44.217	617.521	0	0	8.672.272	101.241	8.773.513

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	4.780.929	44.217	1.578.041	0	0	6.403.187	73.394	6.476.581
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.780.929	44.217	1.578.041	0	0	6.403.187	73.394	6.476.581
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	1.052.419	-1.052.419	0	0	609	609
5.04.08	Reserva legal	0	0	52.621	-52.621	0	0	0	0
5.04.09	Reserva de incentivos fiscais	0	0	999.798	-999.798	0	0	0	0
5.04.10	Aporte de não controladores	0	0	0	0	0	0	609	609
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.052.419	0	1.052.419	12.376	1.064.795
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.052.419	0	1.052.419	12.376	1.064.795
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	4.780.929	44.217	2.630.460	0	0	7.455.606	86.379	7.541.985

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	4.780.929	44.217	819.110	0	0	5.644.256	63.284	5.707.540
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.780.929	44.217	819.110	0	0	5.644.256	63.284	5.707.540
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	250	250
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	768.791	0	768.791	0	768.791
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	768.791	0	768.791	0	768.791
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	758.931	-758.931	0	0	0	0
5.06.04	Reserva de Incentivos fiscais	0	0	720.984	-720.984	0	0	0	0
5.06.05	Reserva legal	0	0	37.947	-37.947	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	4.780.929	44.217	1.578.041	9.860	0	6.413.047	63.534	6.476.581

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.01	Receitas	30.351.832	24.586.632	17.990.703
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	30.373.026	24.602.821	17.999.040
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-21.194	-16.189	-8.337
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-22.821.816	-17.369.908	-13.292.244
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-20.960.658	-16.969.435	-12.174.415
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.861.158	-400.473	-1.117.829
7.03	Valor Adicionado Bruto	7.530.016	7.216.724	4.698.459
7.04	Retenções	-353.392	-329.168	-264.958
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-353.392	-329.168	-264.958
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	7.176.624	6.887.556	4.433.501
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	241.997	183.666	141.263
7.06.02	Receitas Financeiras	241.997	183.666	141.263
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	7.418.621	7.071.222	4.574.764
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	7.418.621	7.071.222	4.574.764
7.08.01	Pessoal	2.160.777	1.744.790	1.383.286
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.917.558	1.553.048	1.260.420
7.08.01.02	Benefícios	124.291	94.579	40.838
7.08.01.03	F.G.T.S.	118.928	97.163	82.028
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.239.109	3.678.331	2.037.545
7.08.02.01	Federais	382.650	1.418.515	662.930
7.08.02.02	Estaduais	2.849.677	2.255.285	1.366.980
7.08.02.03	Municipais	6.782	4.531	7.635
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	784.097	583.306	385.142
7.08.03.01	Juros	647.322	460.636	269.279
7.08.03.02	Aluguéis	136.775	122.670	115.863
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	13.782	12.376	9.860
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	13.782	12.376	9.860
7.08.05	Outros	1.220.856	1.052.419	758.931

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.08.05.01	Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	1.220.856	1.052.419	758.931

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



RELEASE DE RESULTADOS 4T23

Videoconferência de Resultados

07 de março de 2024
10h00 (Horário de Brasília)
08h00 (Horário de Nova York)

Acesse o evento [clikando aqui](#)

Conferência realizada em português com
tradução simultânea para o inglês.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho
Lucro Líquido cresce 61,1% no 4T23 com margem EBITDA de 7,5%, SSS de 8,8% e ciclo de caixa de 77 dias


A receita líquida do 4T23 totalizou R\$ 7,5 bilhões, um crescimento de 24,4%, com SSS de 8,8%. A receita do ano foi de R\$ 26,8 bilhões (+23,0%) com SSS de 8,5%.



No trimestre, a Margem EBITDA (IFRS 16) das lojas com mais de 1 ano localizadas na Regional Nordeste atingiu 6,8%, um avanço de +1,3 p.p. em relação ao 3T23.



O lucro bruto do trimestre atingiu R\$ 1,6 bilhão, um avanço de 27,8%, com uma margem bruta de 21,8%. Em 2023, o lucro bruto atingiu R\$ 5,8 bilhões (+21,1%), com margem bruta de 21,7%.



Ao final de 2023, o indicador Dívida Líquida/EBITDA foi de 0,3x, com endividamento líquido total de R\$ 489,4 milhões e saldo de caixa de R\$ 1,3 bilhão.



As despesas operacionais do 4T23 totalizaram R\$ 1,1 bilhão, representando 15,1% da receita líquida do período. Em 2023, as despesas permaneceram estáveis como percentual da receita (15,1%).



Ciclo de conversão de caixa de 77 dias ao final do 4T23, uma melhora de 3 dias ante o 4T22 e 9 dias ante o 3T23.



Excluindo os efeitos extraordinários, o EBITDA (IFRS 16) totalizou R\$ 561,4 milhões, um aumento de 47,8%, com margem EBITDA de 7,5%. No ano, o EBITDA totalizou R\$ 2,0 bilhões, com margem EBITDA de 7,4%.



11 atacarejos inaugurados no 4T23, incluindo as primeiras lojas de Recife e Olinda, além da abertura de 1 supermercado no MA.



O lucro líquido, desconsiderando os efeitos extraordinários, cresceu 61,1% e totalizou R\$ 332,0 milhões. Em 2023, o lucro líquido atingiu R\$ 1,2 bilhão (+20,0%).

Destaques do Período	4T23	4T22	Var. (%)	2023	2022	Var. (%)
Receita Líquida	7.541	6.065	24,4%	26.774	21.768	23,0%
SSS (%)	8,8%	11,7%	-2,9p.p.	8,5%	13,4%	-4,9p.p.
Lucro Bruto	1.647	1.289	27,8%	5.813	4.799	21,1%
Margem Bruta	21,8%	21,2%	0,6p.p.	21,7%	22,0%	-0,3p.p.
EBITDA	607	510	18,9%	2.036	1.694	20,2%
Margem EBITDA	8,0%	8,4%	-0,4p.p.	7,6%	7,8%	-0,2p.p.
EBITDA excluindo os efeitos extraordinários	561	380	47,8%	1.973	1.620	21,8%
Margem EBITDA excluindo os efeitos extraordinários	7,5%	6,3%	1,2p.p.	7,4%	7,4%	-0,1p.p.
Lucro Líquido	388	311	25,0%	1.235	1.065	16,0%
Lucro Líquido excluindo os efeitos extraordinários	332	206	61,1%	1.203	1.002	20,0%

Pós IFRS.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho
Mensagem do CEO

"Durante o 4T23, o Grupo registrou mais um trimestre com recorde de receita bruta, que totalizou R\$ 8,5 bilhões e observamos uma melhora sequencial na performance de mesmas lojas, que saiu de 4,3% no 3T23 para 8,8% no 4T. Continuamos a trabalhar na otimização do capital de giro da Companhia, o qual obteve uma melhora de 9 dias em relação ao 3T23, com destaque para a linha de fornecedores, a qual registrou um avanço de 11 dias.

A dedicação ao nosso forte plano de expansão resultou na abertura de 11 atacarejos no trimestre, incluindo marcos importantes para a Companhia, com a inauguração das primeiras lojas de Recife e Olinda. Agora, a Companhia opera em 7 das 9 capitais do Nordeste. Além disso, foi inaugurado um supermercado em São Luís, o que demonstra que o Grupo ainda tem oportunidades importantes de crescimento, mesmo nas regiões onde a nossa presença já está consolidada.

Para 2024, temos inaugurações planejadas para a Regional Nordeste e Maranhão. A Companhia manterá o foco no crescimento aliado à rentabilidade, além das melhorias no capital de giro, trabalhando para gerar valor para seus funcionários, acionistas e demais parceiros."

Jesuino Martins, CEO do Grupo Mateus

Destaques por Segmento	4T23	4T22	Var. (%)	2023	2022	Var. (%)
Varejo						
Receita Bruta	2.096	1.883	11,3%	7.777	6.808	14,2%
Receita de Serviços	3	9	-64,4%	17	14	15,4%
Receita Bruta (+ serviços -devoluções)	2.097	1.885	11,2%	7.772	6.829	13,8%
SSS (%)	5,4%	11,8%	-6,4p.p.	8,0%	12,2%	-4,2p.p.
Número de lojas	73	70	3	73	70	3
Inaugurações	1	-	1	3	9	-6
Área de vendas (mil m²)	124	120	3%	124	120	3%
Atacarejo						
Receita Bruta	4.753	3.584	32,6%	16.384	12.532	30,7%
Receita de Serviços	3	1	247,2%	8	1	698,6%
Receita Bruta (+ serviços -devoluções)	4.739	3.569	32,8%	16.332	12.478	30,9%
SSS (%)	5,7%	10,0%	-4,3p.p.	5,8%	11,2%	-5,3p.p.
Número de lojas	80	58	22	80	58	22
Inaugurações	11	5	6	22	16	6
Área de vendas (mil m²)	363	281	29%	363	281	29%
Eletro						
Receita Bruta	339	292	15,9%	1.184	1.117	6,0%
Receita de Serviços	19	10	0,0%	62	56	11,4%
Receita Bruta (+ serviços -devoluções)	351	297	18,2%	1.224	1.121	9,1%
SSS (%)	14,8%	-3,9%	18,7p.p.	3,7%	1,2%	2,4p.p.
Número de lojas	105	104	1	105	104	1
Inaugurações	-	2	-2	3	7	-4
Área de vendas (mil m²)	100	99	0,3%	100	99	0,3%
Venda Externa (B2B)						
Receita Bruta	1.400	1.079	29,8%	4.901	4.072	20,4%
Receita de Serviços	16	-	0,0%	40	4	938,3%
Receita Bruta (+ serviços -devoluções)	1.341	1.044	28,5%	4.838	3.976	21,7%
Representantes Comerciais	3.909	2.870	1.039	3.909	2.870	1.039
Rotas	288	196	92	288	196	92
Zonas Municipais	1.686	1.432	254	1.686	1.432	254
Centro de Distribuição	18	13	5	18	13	5



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Expansão

O 4T23 representou um período importante para o plano de expansão do Grupo, com a inauguração de doze lojas durante o trimestre (11 atacarejos e 1 varejo). O foco da Companhia foi Pernambuco, que deu as boas-vindas a seis lojas de atacarejo, das quais três foram inauguradas na capital Recife; duas, em Olinda e uma, em Paulista. O Grupo também ampliou sua presença em Maceió (AL), com a abertura de mais dois atacarejos na cidade. Por sua vez, Patos (PB) e Nossa Senhora da Glória (SE) receberam um atacarejo cada, enquanto em São Luís (MA) foi inaugurado um supermercado.



80 lojas / +22 2023



34 lojas



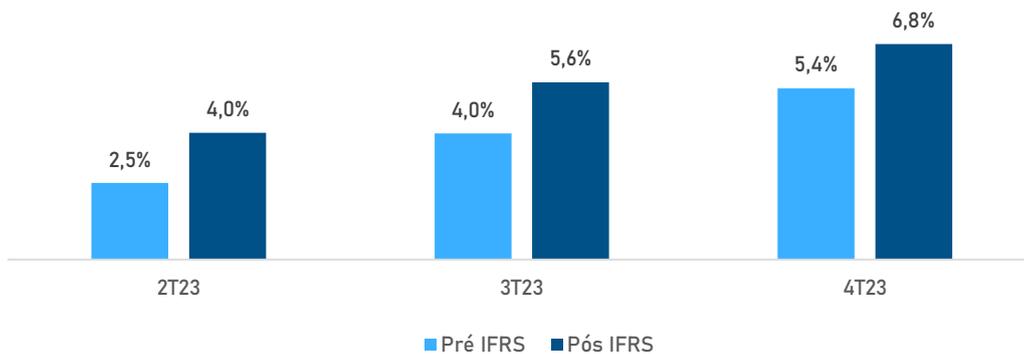
39 lojas / +3 2023



105 lojas / +3 2023

Durante o 4T23, o Grupo continuou a observar um avanço sequencial na margem EBITDA das lojas da nova regional com mais de 13 meses de operação. Com a evolução da maturação desse grupo de lojas, a margem EBITDA apresentou uma melhora de **1,2 p.p.** e encerrou o trimestre em **6,8%**. No conceito pré-IFRS, a melhora foi de **1,4 p.p.**

Evolução da margem EBITDA da Regional Nordeste



Nº de lojas

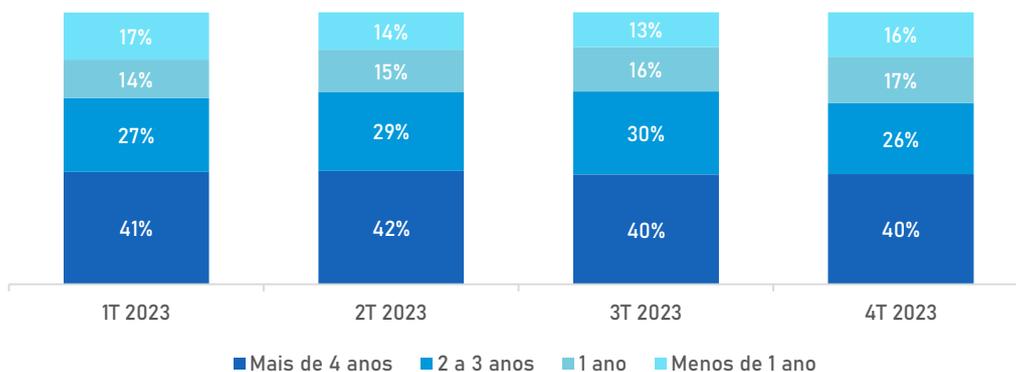
7 lojas

11 lojas

15 lojas

Em 2024, o Grupo continuará focado em seu plano de expansão, ampliando sua participação nos estados da Regional Nordeste e, também, aproveitando as oportunidades para fortalecer ainda mais sua presença no Maranhão, com lojas de varejo. Durante o 4T23, as lojas em maturação representaram 60% da receita bruta total da Companhia.

% das Vendas por Faixa Etária da Loja

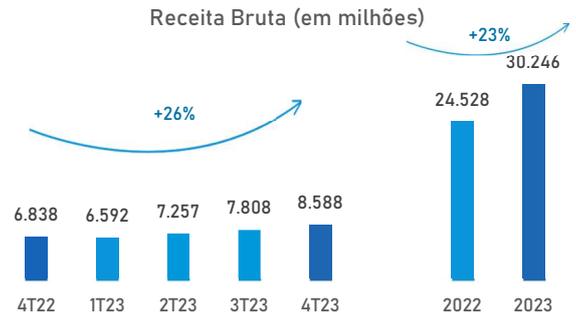


Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Receita bruta consolidada

Pela primeira vez, a **receita bruta** de um trimestre ultrapassou a marca de R\$ 8 bilhões e totalizou **R\$ 8,6 bilhões** no 4T23, o que representou um crescimento de **25,6%** em comparação ao 4T22. A **performance de mesmas lojas** registrou uma **melhora sequencial de 4,5 p.p.** versus o 3T23 e encerrou o período com um crescimento de **8,8%**. A boa performance durante as datas importantes de final de ano (Black Friday, Natal e Ano Novo) bem como uma recuperação da deflação registrada no 3T23 ajudaram na performance de vendas do trimestre.

No ano, a **receita bruta** atingiu um recorde de **R\$ 30,2 bilhões**, com um crescimento total de **23,3%** e um **desempenho mesmas lojas** de **8,5%**.

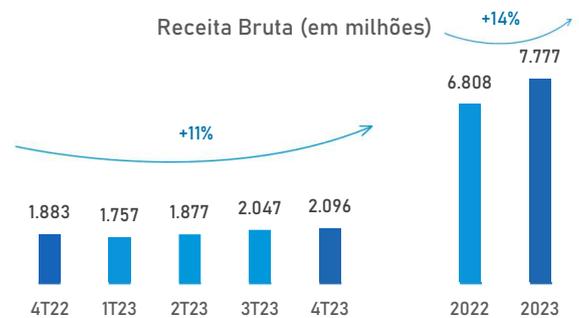


Varejo

A **receita bruta** do segmento de Varejo, que inclui supermercados, hipermercados e lojas de vizinhança, totalizou **R\$ 2,1 bilhões** no 4T23, um aumento de **11,3%** quando comparado ao 4T22. As lojas de Hiper/Super registraram um crescimento de **11,8%**, enquanto as lojas de Camião observaram um aumento de **10,3%**. O segmento representou **24,6%** da receita bruta total do período.

A inauguração de três lojas de supermercado ao longo do ano, sendo uma no 4T, contribuiu para a boa performance do segmento. O Camião também manteve seu desempenho positivo, mesmo sem a abertura de novas unidades durante 2023, com uma performance de **mesmas lojas** de **10,3%** no 4T23. As lojas de Super/Hiper também tiveram um desempenho positivo durante o trimestre, com um **SSS** de **3,0%**.

A **receita bruta** do segmento somou **R\$ 7,8 bilhões** em 2023, com um **crescimento de 14,2%** e uma performance de **mesmas lojas** de **+8,0%**.

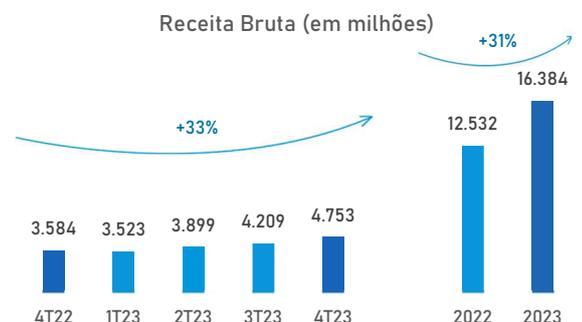


Atacarejo

A **receita bruta** do atacarejo totalizou **R\$ 4,8 bilhões** no 4T23, um crescimento de **32,6%** versus o 4T22. O segmento representou **56,2%** da receita bruta do Grupo no trimestre.

A forte expansão do formato, com 22 lojas inauguradas durante o ano, das quais 11 foram abertas no 4T, foi o principal fator para o crescimento do formato. O desempenho em **mesmas lojas** também contribuiu, com um avanço de **5,7%** no trimestre.

Em 2023, a **receita bruta** do atacarejo totalizou **R\$ 16,4 bilhões**, **30,7% a mais** que em 2022, com um **SSS** de **5,8%**.

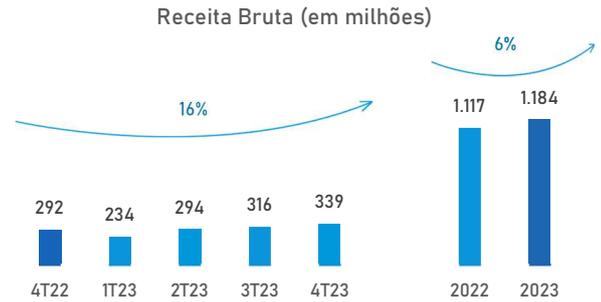


Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Eleto

No 4T23, o segmento de Eleto registrou uma **receita bruta de R\$ 338,7 milhões**, o que representou um **crescimento de 15,9%**. A performance de **mesmas lojas** também foi positiva, com um **avanço de 14,8%**. O segmento foi responsável por 4,0% da receita bruta do Grupo.

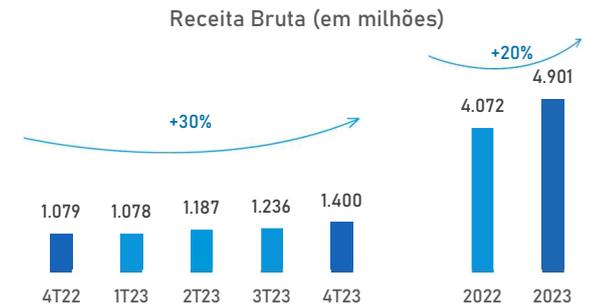
A **receita bruta** de 2023 atingiu **R\$ 1,2 bilhão (+6,0%)**, com um **SSS de 3,7%**.



Atacado

O segmento de Atacado manteve o bom desempenho observado ao longo do ano e registrou um crescimento de **29,8%** na sua **receita bruta**, que totalizou **R\$ 1,4 bilhão** no 4T23 e representou **15,2%** da receita total da Companhia.

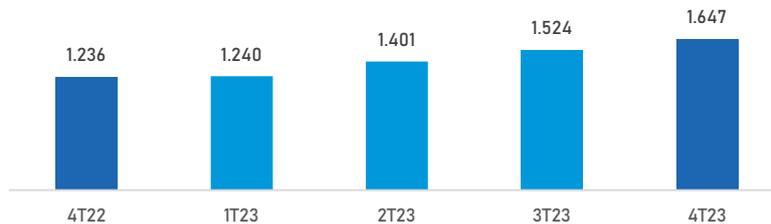
Em 2023, a **receita bruta** foi de **R\$ 4,9 bilhões**, um **aumento de 20,4%** ante 2022.



Lucro Bruto

O **lucro bruto** do 4T23 totalizou **R\$ 1,6 bilhão**, um aumento de **27,8%** em comparação ao 4T22. A **margem bruta** foi de **21,8%**, com uma leve pressão de 20 bps versus o 3T23, impactada, principalmente, pela abertura de 12 lojas durante o trimestre. No entanto, quando comparado ao 4T22, é observada uma **evolução de 140 bps** (excluindo os efeitos extraordinários), a qual o Grupo alcançou ao longo do ano, realizando um trabalho de melhoria da rentabilidade das lojas em processo de maturação na Regional Nordeste.

O **lucro bruto** de 2023 foi de **R\$ 5,8 bilhões (+21,1%)**, com uma **margem bruta** de **21,7%**.



Margem Bruta	20,4%*	21,1%	21,8%	22,0%	21,8%
--------------	--------	-------	-------	-------	-------

*Ex Efeitos Extraordinários

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho
Despesas Operacionais

Em R\$ mil	4T23	4T22	Var.(%)	2023	2022	Var.(%)
Despesas com Vendas	(991.923)	(799.771)	24,0%	(3.548.504)	(2.891.292)	22,7%
Despesas Administrativas	(146.712)	(103.655)	41,5%	(488.259)	(390.774)	24,9%
Total	(1.138.636)	(903.426)	26,0%	(4.036.763)	(3.282.066)	23,0%
Total Despesas Operacionais/Rec. Líquida	-15,1%	-14,9%	-0,2 p.p.	-15,1%	-15,1%	0,0 p.p.

Durante o 4T23, as **despesas operacionais** totalizaram **R\$ 1,1 bilhão**, um aumento de **26,0%** quando comparado ao 4T22. As despesas com vendas totalizaram R\$ 991,9 milhões, um acréscimo de 24,0%, em decorrência, principalmente, da inauguração de 12 lojas no trimestre, incluindo a chegada em Recife e Olinda. As despesas administrativas foram de **R\$ 146,7 milhões**, um crescimento de **41,5%**, decorrente dos novos escritórios regionais e do plano de remuneração de longo prazo dos principais executivos da Companhia.

No trimestre, as despesas operacionais representaram 15,1% da receita líquida, 20 bps a mais que no mesmo período no ano anterior. Em 2023, as despesas operacionais somaram **R\$ 4,0 bilhões**, um crescimento de **23,0%**, e permaneceram estáveis como percentual da receita, no patamar de 15,1%.

Outras Receitas Operacionais

Em R\$ mil	4T23	4T22	Var.(%)	2023	2022	Var.(%)
Verbas operacionais com fornecedores	45.057	23.164	94,5%	171.281	76.064	125,2%
Demais receitas e despesas operacionais	7.695	13.559	-43,2%	25.161	12.987	93,9%
Total Recorrente	52.752	36.723	43,6%	196.442	89.041	120,6%
Ganho tributário e Efeitos extraordinários	45.371	88.445	-48,7%	63.397	88.445	-28,3%
Total	98.122	125.167	-21,6%	259.838	177.495	46,4%

Durante o 4T23, o total recorrente da linha de **outras despesas operacionais** somou **R\$ 52,8 milhões**, um avanço de **43,6%** quando comparado ao 4T22, resultado do trabalho feito pela Companhia para otimizar a negociação de verbas com os fornecedores.

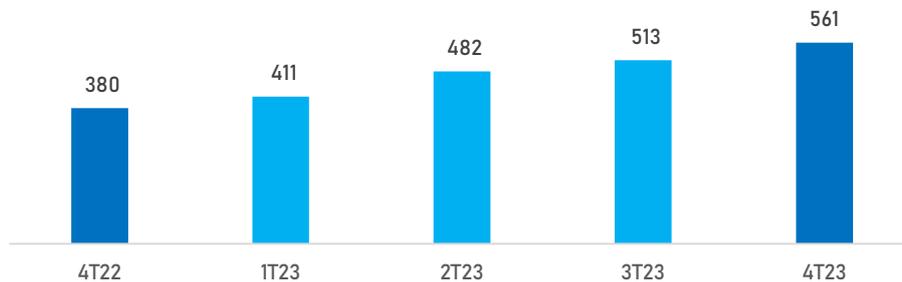
No trimestre, também foi registrado o montante não recorrente de **R\$ 45,4 milhões**, referente ao reconhecimento de créditos de PIS/COFINS sobre a depreciação acelerada de edificações, máquinas e equipamentos, relativos a anos anteriores, o que representou uma queda de 48,7% em comparação ao valor não recorrente do 4T22, referente, principalmente, ao ganho de PIS/COFINS decorrente de créditos fiscais relacionados a anos anteriores. No total, a linha de outras receitas reportou uma queda de -21,6% versus o 4T22.

Em 2023, a linha de outras receitas totalizou **R\$ 259,8 milhões**, um acréscimo de 46,4% quando comparado a 2022.

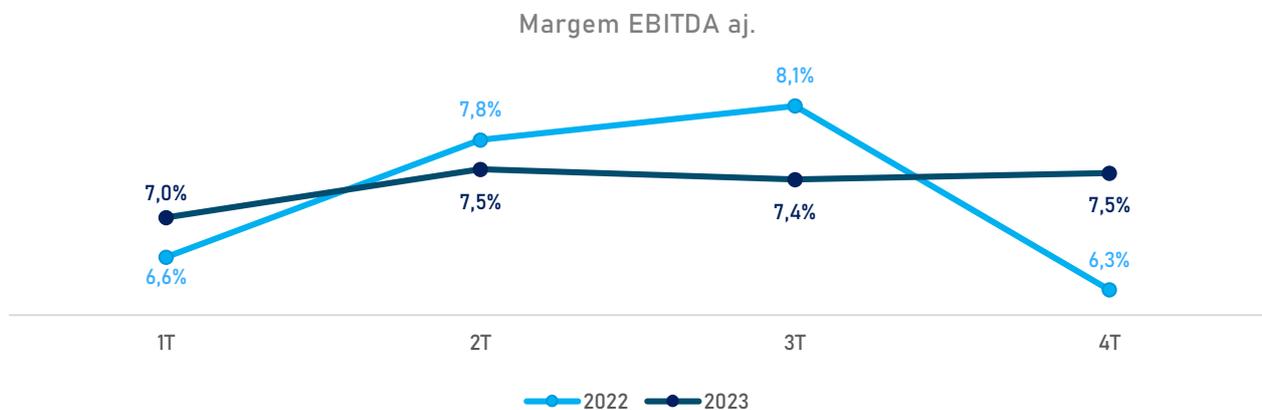
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho
EBITDA

Em R\$ mil	4T23	4T22	Var. (%)	2023	2022	Var. (%)
Lucro Líquido	388.117	310.591	25,0%	1.234.638	1.064.795	16,0%
(+) Imposto de Renda	25.485	12.096	110,7%	42.650	23.519	81,3%
(+) Resultado Financeiro	128.411	98.540	30,3%	405.323	276.970	46,3%
EBIT	542.013	421.227	28,7%	1.682.611	1.365.284	23,2%
(+) Depreciação e Amortização	64.718	89.022	-27,3%	353.392	329.167	7,4%
EBITDA	606.731	510.249	18,9%	2.036.003	1.694.451	20,2%
<i>Margem EBITDA</i>	<i>8,0%</i>	<i>8,4%</i>	<i>-0,4p.p.</i>	<i>7,6%</i>	<i>7,8%</i>	<i>-0,2p.p.</i>
(-) Ganho tributário e Efeitos Extraordinários	(45.371)	(130.542)	-65,2%	(63.397)	(74.837)	-15,3%
EBITDA ex efeito extraordinários	561.360	379.708	47,8%	1.972.606	1.619.614	21,8%
<i>Margem EBITDA ex efeitos extraordinários</i>	<i>7,5%</i>	<i>6,3%</i>	<i>1,2p.p.</i>	<i>7,4%</i>	<i>7,4%</i>	<i>-0,1p.p.</i>
(-) Depreciação de arrendamento	(39.982)	(30.302)	31,9%	(144.448)	(109.388)	32,1%
(-) Despesa financeira de arrendamento	(51.083)	(32.003)	59,6%	(168.988)	(104.801)	61,2%
EBITDA ex IFRS	470.296	317.403	48,2%	1.659.170	1.405.425	18,1%
<i>Margem EBITDA ex IFRS</i>	<i>6,2%</i>	<i>5,2%</i>	<i>1,0p.p.</i>	<i>6,2%</i>	<i>6,5%</i>	<i>-0,3p.p.</i>

Excluindo os efeitos extraordinários destacados anteriormente, o **EBITDA (IFRS)** foi de **R\$ 561,4 milhões** no 4T23, o que representou um **aumento de 47,8%**, com uma **margem EBITDA de 7,5%**. A melhora sequencial da performance de vendas em mesmas lojas junto com uma maior consistência de margem bruta, manutenção do patamar de despesas operacionais e retomada da linha de verbas operacionais contribuíram para desempenho apresentado no trimestre. No ano, o EBITDA ex efeitos extraordinários totalizou **R\$ 2,0 bilhões (+21,8%)**, com margem de **7,4%**.



Margem EBITDA Ex Efeitos Extraordinários	6,3%	7,0%	7,5%	7,4%	7,5%
--	------	------	------	------	------



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultado Financeiro

(R\$ mil)	4T23	4T22	Var.(%)	2023	2022	Var.(%)
Receitas financeiras	52.167	56.191	-7,2%	241.997	183.666	31,8%
Despesas financeiras	(129.495)	(122.729)	5,5%	(478.332)	(355.835)	34,4%
Despesa financeira de arrendamento	(51.083)	(32.003)	59,6%	(168.988)	(104.801)	61,2%
Resultado Financeiro	(128.411)	(98.540)	30,3%	(405.323)	(276.970)	46,3%

Durante o 4T23, a receita financeira foi de R\$ 52,2 milhões, uma queda de 7,2% quando comparado ao 4T22. Já as despesas financeiras totalizaram R\$ 129,5 milhões, 5,5% a mais que o 4T22. É válido ressaltar que, no 4T22, foi contabilizado um valor de R\$ 13,9 milhões, correspondentes a juros dos 9M22. Excluindo esse valor, a linha de despesa financeira teria crescido 19,1%. Em 2023, o resultado financeiro atingiu R\$ 405,3 milhões, um crescimento de 46,3% e representou 1,5% da receita líquida do ano.

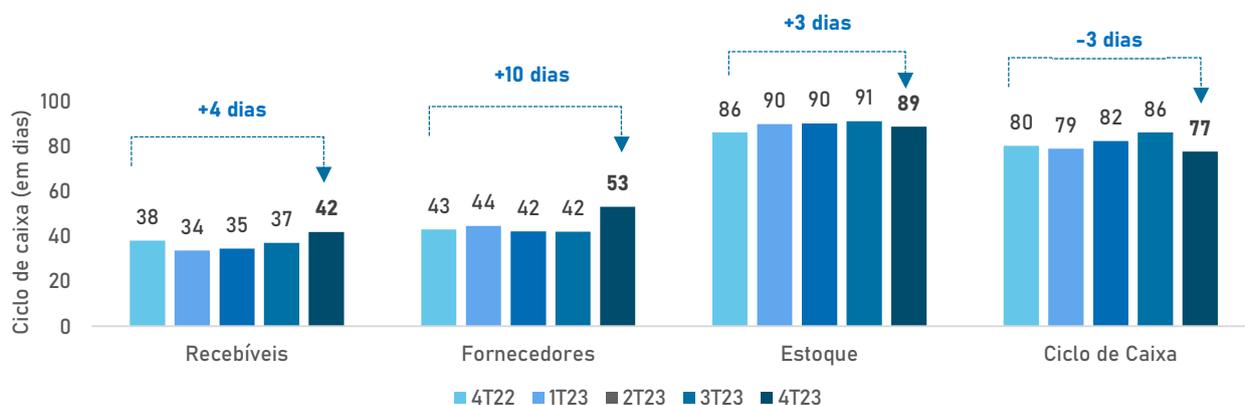
Lucro Líquido

Efeitos Extraordinários no Lucro Líquido	4T23	4T22	Var.(%)	2023	2022	Var.(%)
Lucro Líquido	388.117	310.591	25,0%	1.234.638	1.064.795	16,0%
(-) Total efeitos extraordinários no EBITDA	(45.371)	(130.542)	-65,2%	(63.397)	(74.837)	-15,3%
(+) Juros sobre empréstimos 9M22	-	13.978	-	-	-	-
(-) Ganho Tributário 9M23	(31.701)	-	-	-	-	-
(+) IR/CS anos anteriores	20.935	12.096	73,1%	31.546	11.960	163,8%
Total efeitos extraordinários	(56.137)	(104.468)	-46,3%	(31.851)	(62.877)	-49,3%
Lucro Líquido ex efeitos extraordinários	331.981	206.123	61,1%	1.202.787	1.001.918	20,0%
Margem Líquida	4,4%	3,4%	1,0 p.p.	4,5%	4,6%	-0,1 p.p.

Excluindo os efeitos extraordinários do trimestre, o lucro líquido do 4T23 totalizou R\$ 332,0 milhões, um aumento de 61,1%, com margem líquida de 4,4% (+1,0 p.p.). O lucro líquido do ano foi de R\$ 1,2 bilhão, o que representou um crescimento de 20,0% em comparação a 2022, com uma margem líquida de 4,5%.

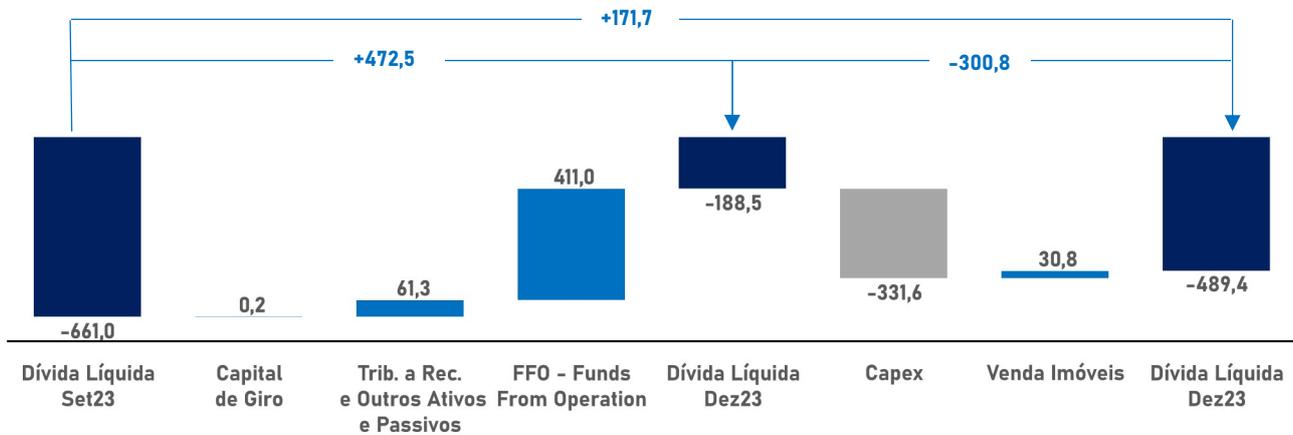
Ciclo Financeiro (12 meses) e Fluxo de Caixa

Durante o 4T23, a Companhia manteve o ciclo de conversão de caixa como um de seus principais focos e encerrou o trimestre com um ciclo de 77 dias, uma evolução de 3 dias em comparação ao 4T22. Ao final do período, o estoque foi de 89 dias, 3 a mais que no 4T22. Foi observada uma melhora de 10 dias no prazo de pagamento dos fornecedores, enquanto a linha de recebíveis registrou um aumento de 4 dias.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O Grupo gerou R\$ 171,7 milhões no 4T23. Levando em consideração somente as atividades operacionais da Companhia, foram gerados R\$ 471,4 milhões no trimestre.



Endividamento

Em R\$ mil	Dez/23	Dez/22
Dívida Bruta	(1.779.384)	(1.831.053)
Caixa e equivalentes de caixa	1.289.138	1.795.647
Aplicações financeiras	882	1.508
Dívida Líquida	(489.364)	(33.898)
Dívida Líquida/EBITDA Ajustado*	0,3x	0,0x

*EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses.

A **dívida líquida** do Grupo era de **R\$ 489,4 milhões** ao final de 2023, versus uma dívida de R\$ 33,9 milhões ao final de 2022. O indicador de Dívida Líquida/EBITDA Ajustado foi de 0,3x ao final do ano.

Capex

Em R\$ mil	4T23	4T22	Var. (%)	2023	2022	Var. (%)
Novas lojas	151.796	87.590	73,3%	785.050	501.786	56,5%
Terrenos	118.297	19.359	511,1%	213.868	103.801	106,0%
Infraestrutura, TI e outros	18.586	14.625	27,1%	119.820	164.425	-27,1%
Reformas e Manutenções	42.970	22.923	87,5%	93.886	100.518	-6,6%
Total	331.649	144.497	129,5%	1.212.624	870.530	39,3%
Vendas de ativos	(30.815)	(141.928)	-78,3%	(155.182)	(269.402)	-42,4%
Total	300.834	2.569	11608,2%	1.057.442	601.128	75,9%

Os **investimentos** do Grupo em ativos fixos somaram **R\$ 331,6 milhões**, um crescimento de **129,5%** quando comparado ao 4T22. A linha de novas lojas observou um crescimento de 73,3%, em decorrência da inauguração de 12 lojas no trimestre, bem como das obras para lojas que serão inauguradas em períodos futuros. Dentro do montante de R\$ 151,8 milhões, R\$ 58,7 milhões são relacionados a lojas que serão abertas em 2024. A conta de Terrenos somou R\$ 118,3 milhões, um avanço de 511,1%, como resultado da aquisição de terrenos para construções futuras. A linha de infraestrutura, TI e outros totalizou R\$ 18,6 milhões, um aumento de 27,1%, valor este que inclui o CD de Altos (PI), inaugurado em novembro. Por sua vez, a linha de Reformas e Manutenções registrou um crescimento de 87,5% e atingiu R\$ 43,0 milhões. Considerando o valor das vendas de ativos feitas durante o 4T23, no montante de R\$ 30,8 milhões, o capex líquido do período foi de R\$ 300,8 milhões.

Em 2023, o capex do Grupo totalizou R\$ 1,2 bilhão, o que representa um avanço de 39,3% ante 2022. Excluindo o valor das vendas de ativos durante o ano, no valor de R\$ 155,2 milhões, o capex líquido de 2023 totalizou R\$ 1,0 bilhão.

Anexos

I – Demonstração de Resultados IFRS 16

Demonstração do Resultado (em R\$ mil)	4T23	4T22	Var. (%)	2023	2022	Var. (%)
Receita líquida de vendas	7.541.305	6.064.577	24,4%	26.773.586	21.768.477	23,0%
Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(5.894.060)	(4.776.069)	23,4%	(20.960.658)	(16.969.435)	23,5%
Lucro bruto	1.647.245	1.288.508	27,8%	5.812.928	4.799.042	21,1%
<i>Margem Bruta</i>	<i>21,8%</i>	<i>21,2%</i>	<i>0,6 p.p.</i>	<i>21,7%</i>	<i>22,0%</i>	<i>-0,3 p.p.</i>
Receitas (despesas) operacionais						
Despesas de vendas	(991.923)	(799.771)	24,0%	(3.548.504)	(2.891.292)	22,7%
Despesas administrativas e gerais	(146.712)	(103.655)	41,5%	(488.259)	(390.774)	24,9%
Outras despesas/receitas, líquidas	98.122	125.167	-21,6%	259.838	177.475	46,4%
Despesas totais (ex depreciação)	(1.040.514)	(778.259)	33,7%	(3.776.925)	(3.104.591)	21,7%
EBITDA	606.731	510.249	18,9%	2.036.003	1.694.451	20,2%
<i>Margem EBITDA</i>	<i>8,0%</i>	<i>8,4%</i>	<i>-0,4 p.p.</i>	<i>7,6%</i>	<i>7,8%</i>	<i>-0,2 p.p.</i>
Depreciação e Amortização	(64.718)	(89.022)	-27,3%	(353.392)	(329.167)	7,4%
Lucro operacional antes do resultado financeiro (EBIT)	542.013	421.227	28,7%	1.682.611	1.365.284	23,2%
Resultado financeiro					-	
Receitas financeiras	52.167	56.191	-7,2%	241.997	183.666	31,8%
Despesas financeiras	(129.495)	(122.729)	5,5%	(478.332)	(355.835)	34,4%
Despesa financeira de arrendamento	(51.083)	(32.002)	59,6%	(168.988)	(104.801)	61,2%
Total	(128.411)	(98.540)	30,3%	(405.323)	(276.970)	46,3%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	413.602	322.687	28,2%	1.277.288	1.088.314	17,4%
Imposto de renda e contribuição social	(25.485)	(12.096)	110,7%	(42.650)	(23.519)	81,3%
Lucro líquido do exercício	388.117	310.591	25,0%	1.234.638	1.064.795	16,0%
Margem Líquida	5,1%	5,1%	0,0 p.p.	4,6%	4,9%	-0,3 p.p.
Efeitos extraordinários	(56.137)	(104.468)	-46,3%	(31.851)	(62.877)	-49,3%
Lucro Líquido ex efeitos extraordinários	331.980	206.123	61,1%	1.202.787	1.001.918	20,0%
Margem Líquida	4,4%	3,4%	1,0 p.p.	4,5%	4,6%	-0,1 p.p.
EBITDA	606.731	510.249	18,9%	2.036.003	1.694.451	20,2%
Despesas não-recorrentes	(45.371)	(130.542)	-65,2%	(63.397)	(74.837)	-15,3%
EBITDA Ajustado	561.360	379.707	47,8%	1.972.606	1.619.614	21,8%
<i>Margem EBITDA ajustada</i>	<i>7,5%</i>	<i>6,3%</i>	<i>1,2 p.p.</i>	<i>7,4%</i>	<i>7,4%</i>	<i>0,0 p.p.</i>

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho
II – Balanço Patrimonial

Ativo (em R\$ mil)	Dez/23	Dez/22
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1.289.138	1.795.647
Contas a receber	3.457.628	2.548.256
Estoques	5.087.655	3.985.375
Tributos a recuperar	419.631	379.672
Outros ativos	116.483	91.317
Total do ativo circulante	10.370.535	8.800.267
Ativo não circulante		
Aplicações financeiras	882	1.508
Partes relacionadas	104	7.238
Tributos a recuperar	239.491	165.856
Outros ativos	84.444	42.746
Depósitos judiciais	27.436	20.808
Ativos de direito de uso	1.850.811	1.260.815
Investimentos	19.238	-
Intangível	33.840	4.515
Imobilizado	3.730.515	2.960.185
Total do ativo não circulante	5.986.761	4.463.671
Total do ativo	16.357.296	13.263.938

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Passivo (em R\$ mil)	Dez/23	Dez/22
Passivo circulante		
Fornecedores	3.039.206	2.008.574
Empréstimos, financiamentos e debêntures	465.402	192.831
Obrigações trabalhistas	394.255	301.307
Obrigações tributárias	212.910	132.164
Tributos parcelados	11.977	10.402
Passivos de arrendamento	35.626	80.274
Outros passivos	76.354	27.794
Total do passivo circulante	4.235.730	2.753.346
Passivo não-circulante		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.313.982	1.638.222
Tributos parcelados	17.490	20.181
Provisão para riscos	59.821	28.046
Passivos de arrendamento	1.927.542	1.257.061
Partes relacionadas	29.218	25.097
Total do passivo não circulante	3.348.053	2.968.607
Patrimônio líquido		
Capital social	8.013.514	4.780.929
Ações em tesouraria	(2.980)	-
Reserva de lucros	424.955	2.498.937
AFAC - Adiantamento para futuro aumento de capital	44.217	44.217
Reserva legal	192.566	131.523
Patrimônio líquido atribuído à participação dos acionistas controladores	8.672.272	7.455.606
Patrimônio líquido atribuído à participação dos acionistas não controladores	101.241	86.379
Total do patrimônio líquido	8.773.513	7.541.985
Total do passivo e do patrimônio líquido	16.357.296	13.263.938

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho
III – Fluxo de Caixa

Fluxo de Caixa (em R\$ mil)	4T23	4T22	Dez/23	Dez/22
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do Imposto de renda e contribuição social	413.602	322.687	1.277.288	1.088.314
Ajuste para a reconciliação do lucro antes dos impostos com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	64.718	89.023	353.392	329.168
Atualização passivos de arrendamento	51.519	34.056	169.611	115.659
Provisão para obsolescência e quebras	(492)	23.327	10.490	23.532
Atualização monetária de arrendamentos	(2.033)	(2.193)	(2.338)	(4.993)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	6.028	4.831	21.194	16.189
Juros sobre empréstimos, financiamento e debêntures provisionados	47.058	59.584	200.365	136.026
Baixa de imobilizado	5.221	438	7.239	1.089
Provisão para riscos	1.903	15.770	31.775	12.859
Aumento (redução) nos ativos operacionais:				
Contas a receber	(588.810)	(175.739)	(924.319)	(748.181)
Estoques	(147.688)	657.491	(1.112.770)	(510.277)
Tributos a recuperar	(46.177)	(283.518)	(70.010)	(342.901)
Depósitos judiciais	(1.136)	(1.306)	(6.628)	(4.468)
Outros ativos	17.689	(52.463)	(66.864)	(92.505)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	731.130	572.431	1.030.632	951.989
Obrigações trabalhistas e tributárias	51.403	(3.308)	173.694	110.175
Tributos parcelados	698	(2.875)	(1.116)	(31.953)
Outros passivos	28.439	(28.510)	48.560	21.309
Impostos pagos	(25.485)	(12.096)	(42.650)	(23.519)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	607.586	1.217.630	1.097.545	1.047.512
Juros pagos	(20.323)	(15.920)	(143.167)	(69.734)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	587.263	1.201.710	954.378	977.778
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	(327.591)	(142.338)	(1.180.292)	(868.371)
Venda de imobilizado	30.815	141.928	155.182	269.402
Aquisição de intangível	(4.057)	(2.159)	(32.331)	(2.159)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(58)	307	626	1.563
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(300.891)	(2.262)	(1.056.815)	(599.565)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	36.798	24.911	86.595	944.512
Partes relacionadas	10.389	849	5.008	4.901
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	(62.802)	(69.885)	(195.462)	(222.120)
Integralização de capital social - não controladores	(15)	124	1.080	609
Adiantamento de plano de remuneração com ações restritas	-	-	3.275	-
Recompra de ações	-	-	(7.465)	-
Aporte de capital em investidas	(19.218)	(20)	(19.238)	(20)
Pagamento passivo de arrendamento	(79.179)	(54.572)	(277.865)	(187.703)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(114.047)	(98.593)	(404.072)	540.179
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	172.325	1.100.855	(506.509)	918.392
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.116.813	694.792	1.795.647	877.255
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.289.138	1.795.647	1.289.138	1.795.647
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	172.325	1.100.855	(506.509)	918.392

Sobre o Grupo Mateus

O Grupo Mateus é a terceira maior empresa de varejo alimentar do país, com operações no varejo de supermercados, atacarejo, atacado, móveis e eletrodomésticos, e-commerce, indústria de panificação e central de fatiamento e porcionamento.

Contatos de Relações com Investidores

www.ri.grupomateus.com.br

São Luís, 06 de março de 2024

Este documento contém tanto informações históricas quanto declarações prospectivas acerca das perspectivas dos negócios, projeções sobre resultados operacionais e financeiros do Grupo Mateus, baseadas exclusivamente nas expectativas da Administração da Companhia. Essas expectativas dependem, substancialmente, das condições de mercado, do desempenho da economia brasileira, do setor e dos mercados internacionais e, portanto, sujeitas à mudança sem aviso prévio. Diante de tais incertezas, o Grupo Mateus não assume nenhuma obrigação de atualizar ou revisar no futuro qualquer declaração prospectiva.



Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional

O Grupo Mateus S.A. (“Companhia” ou “Grupo Mateus”) é uma holding cuja atividade preponderante é a participação societária no capital de outras, que foi constituída em 13 de setembro de 2016 com o nome de Exitus Holdings S.A., com sede na cidade de São Luís, estado do Maranhão. O principal investimento da controladora é a participação acionária no Armazém Mateus S.A. e Mateus Supermercados S.A. que atuam no segmento de atacado e varejo, eletro, mix, e na indústria por meio da controlada Indústria de Pães e Massas Mateus Ltda. A Companhia possui ações negociadas no Mercado de Balcão Organizado do Brasil, Bolsa, Balcão S.A (B3) sob o *ticker* “GMAT3”.

Investidas	Controle	Participação do capital total	
		31/12/2023	31/12/2022
Controladas			
Armazém Mateus S.A. (a)	Direto	98,77%	98,77%
Mateus Supermercados S.A. (b)	Direto	99,99%	99,99%
Indústria de Pães e Massas Mateus (c)	Direto	99,99%	99,99%
Rio Balsas Participações e Empreendimentos Ltda. (d)	Direto	99,99%	99,99%
Posterus Supermercados Ltda. (e)	Direto	97,05%	97,05%
Armazem Ltda (f)	Indireto	51,00%	51,00%
Mais Fraldas Ltda (g)	Indireto	63,65%	51,00%
Mateus Mais App Ltda (g)	Indireto	95,00%	95,00%
Mais Invicta Distribuidora Ltda (g)	Indireto	99,99%	99,99%

- (a) Armazém Mateus S.A. (“Armazém”), sociedade por ações de capital fechado que foi constituída em 26 de abril de 1989, com sede na Cidade de São Luís, estado do Maranhão, que explora atividade de comércio atacadista de mercadorias em geral na região Norte e Nordeste do país;
- (b) Mateus Supermercados S.A. (“Supermercado”), sociedade por ações de capital fechado que foi constituída em 18 de agosto de 2000, com sede na Cidade de São Luís, estado do Maranhão, que explora atividade de comércio varejista de mercadorias em geral na região Norte e Nordeste do país através de sua cadeia de supermercados;

Notas Explicativas

- (c) Indústria de Pães e Massas Mateus Ltda. (“Indústria de Pães”) é uma sociedade responsabilidade limitada, que foi constituída em 19 de setembro de 2007, com sede na Cidade de São Luís, estado do Maranhão, que explora atividade de fabricação e comércio atacadista de biscoitos, bolachas, bolos, pães e massas alimentícias e cujas operações são majoritariamente dentro da própria Companhia;
- (d) Rio Balsas Participações e Empreendimentos Ltda. (“Rio Balsas”) é uma sociedade de responsabilidade limitada, que foi constituída em 09 de julho de 2007, com sede na cidade São Luís, estado do Maranhão, que explora a atividade de holding de instituições não-financeiras cujas operações são majoritariamente dentro da própria Companhia;
- (e) Posterus Supermercados Ltda. (“Posterus”) é uma sociedade de responsabilidade limitada, que foi constituída 21 de março de 2017, com sede na cidade de São Luís, estado do Maranhão, que explora a atividade de comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentício – nas regiões Norte e Nordeste do país através de cadeia de supermercados;
- (f) Armazem Ltda é uma sociedade de responsabilidade limitada, de controle do Armazem Mateus S.A. que explora o franqueamento das conveniências sob a marca “Armazem do Seu Jeito”; e
- (g) Mais Fraldas Ltda, Mateus Mais App e Mais Invicta Distribuidora Ltda são investidas controladas do Mateus Supermercados S.A. que exploram respectivamente as atividades de comércio varejista de produtos farmacêuticos com foco em fraldas e produtos de higiene, gerenciamento do app “Mateus Mais” e comércio atacadista de produtos em geral, também com foco em fraldas e produtos de higiene.

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

2.1. Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”) e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), emitidas pela *International Accounting Standards Board* (IASB).

Em conformidade com a Orientação Técnica OCPC 07 – Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, a administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão evidenciadas e correspondem às práticas utilizadas na sua gestão.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem as políticas estabelecidas na legislação societária brasileira (Lei das S.A.s) e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3.

2.2. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

O Grupo elaborou Demonstrações dos Valores Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

Notas Explicativas

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas envolve o uso de estimativas e premissas da administração que podem afetar os valores informados de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como as divulgações contidas nas notas explicativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas no mínimo anualmente para assegurar que são razoáveis à luz da experiência passada e da situação econômica atual. Além da utilização de estimativas, a administração da Companhia é obrigada a exercer julgamento ao determinar o tratamento contábil apropriado de certas transações e atividades e como deve ser aplicado.

As principais estimativas e julgamentos aplicados para a elaboração destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas dizem respeito a:

- **Nota Explicativa nº 6** – Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes;
- **Nota Explicativa nº 7** – As principais premissas subjacentes ao valor realizável líquido dos estoques;
- **Nota Explicativa nº 16** – Mensuração dos arrendamentos;
- **Nota Explicativa nº 19** – Mensuração de provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, às principais premissas sobre a probabilidade e escala de qualquer saída de recursos; e
- **Nota Explicativa nº 21** – Reconhecimento de ativos fiscais diferidos e disponibilidade de lucros tributáveis futuros contra os quais podem ser utilizados prejuízos fiscais.

2.4. Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais e de indicar ou destituir a maioria dos membros da diretoria ou Conselho de administração de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

A administração da Companhia, baseada nos estatutos e acordo de acionista, controla as entidades relacionadas na Nota Explicativa nº 1 e, portanto, realiza a consolidação integral dessas entidades.

A participação dos acionistas não controladores, sobre as entidades consolidadas é destacada nas demonstrações do resultado consolidado e das mutações do patrimônio líquido.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, o resultado das controladas é reconhecido com base no método de equivalência patrimonial.

Entre os principais ajustes de consolidação estão as seguintes eliminações:

- Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre a controladora e controladas ou entre controladas, de forma que as demonstrações financeiras consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros. Participações no capital e lucro líquido (prejuízo) do exercício das companhias controladas.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da Companhia. Todos os saldos e transações entre as companhias controladas foram eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. As transações entre a Companhia e as controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição até a data da efetiva alienação, conforme aplicável.

Notas Explicativas

2.5. Alterações na participação que não resultem em mudança de controle

A Companhia contabiliza a custo histórico as participações decorrentes de reestruturações societárias adquiridas de partes relacionadas sem essência econômica. A diferença entre o saldo do custo e o valor adquirido é registrada no patrimônio líquido, quando a transação é feita entre empresas sobre o controle comum. As transações não se qualificam como combinação de negócio nos termos do CPC 15R/IFRS 3R.

3. Sumário das políticas contábeis materiais

O resumo das políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas adotadas pela Companhia e suas controladas é como segue:

a) Conversão de moeda estrangeira

i) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual elas atuam ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas.

ii) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do fim do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos no resultado corrente.

b) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

Classificação de ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Notas Explicativas

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Apesar do disposto acima, a Companhia pode fazer a opção/designação irrevogável a seguir no reconhecimento inicial de um ativo financeiro:

- A Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar variações subsequentes no valor justo de um investimento em instrumentos patrimoniais em outros resultados abrangentes se determinados critérios forem cumpridos (ver item **(ii)** a seguir); e
- A Companhia pode designar irrevogavelmente um investimento em instrumentos da dívida que atenda aos critérios de custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes como mensurado ao valor justo por meio do resultado se ao fazer isso a Companhia eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil.

i) Custo amortizado e método da taxa de juros efetiva

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do exercício correspondente.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas. O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas.

A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando à taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável (vide a seguir). Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando à taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro.

Notas Explicativas

Se, em períodos de relatório subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando à taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando à taxa de juros efetiva ajustada com base no crédito ao custo amortizado do ativo financeiro após o reconhecimento inicial. O cálculo não reverte a base bruta mesmo que o risco de crédito do ativo financeiro melhore subsequentemente de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida no resultado e incluído na rubrica “Resultado financeiro” (Nota Explicativa nº 26).

ii) Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

No reconhecimento inicial, a Companhia pode fazer a opção irrevogável (instrumento a instrumento) de designar investimentos em instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A designação ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não é permitida se o investimento em instrumentos patrimoniais for mantido para negociação ou se for uma contraprestação contingente reconhecida por um comprador em uma combinação de negócios.

Um ativo financeiro é mantido para negociação se:

- For adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo;
- No reconhecimento inicial for parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que o Grupo administra em conjunto e tem um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; e
- For um derivativo (exceto por derivativo que seja um contrato de garantia financeira ou um instrumento de “*hedge*” designado e efetivo).

Os investimentos em instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são inicialmente mensurados ao valor justo acrescidos dos custos da transação. Subsequentemente, eles são mensurados ao valor justo com os ganhos e as perdas decorrentes de variações no valor justo reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados na reserva de reavaliação de investimentos. Os ganhos ou perdas acumuladas não serão reclassificados para o resultado na alienação dos investimentos em instrumentos patrimoniais; pelo contrário, eles serão transferidos para lucros acumulados.

Os dividendos sobre esses investimentos em instrumentos patrimoniais são reconhecidos no resultado de acordo com a IFRS 9 (CPC 48), a menos que os dividendos claramente representem uma recuperação de parte do custo do investimento. Os dividendos são incluídos na conta “Receitas financeiras” no resultado.

iii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros que não atendem aos critérios de mensurados ao custo amortizado (ver item (i) acima) são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os instrumentos da dívida que não atendem aos critérios de mensurados ao custo amortizado (vide item (i) acima) são classificados ao valor justo por meio do resultado.

Os instrumentos da dívida que não atendem aos critérios de mensurados ao custo amortizado ou aos critérios de mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (vide itens (i) e (ii) acima) são classificados ao valor justo por meio do resultado.

Notas Explicativas

Passivos financeiros e patrimônio líquido

Classificação como dívida ou patrimônio líquido

Os instrumentos da dívida e patrimoniais são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a substância dos acordos contratuais e as definições de passivo financeiro e instrumento patrimonial.

Instrumentos patrimoniais

Um instrumento patrimonial é qualquer contrato que evidencie uma participação residual no ativo de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos. Instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

A recompra dos próprios instrumentos patrimoniais da Companhia é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado resultante da compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos patrimoniais da Companhia.

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Porém, os passivos financeiros resultantes quando a transferência de um ativo financeiro não se qualifica para baixa ou quando a abordagem de envolvimento contínuo é aplicável, e os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia, são mensurados de acordo com as políticas contábeis específicas descritas a seguir.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for **(i)** uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, **(ii)** mantido para negociação, ou **(iii)** designado ao valor justo por meio do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- For adquirido, principalmente, para fins de recompra no curto prazo; e
- No reconhecimento inicial for parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e tem um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo.

O passivo financeiro, exceto pelo passivo financeiro mantido para negociação ou contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, pode ser designado ao valor justo por meio do resultado mediante reconhecimento inicial se:

- Essa designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que surgiria de outra forma; ou o passivo financeiro fizer parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros, ou ambos, que seja administrado e cujo desempenho seja avaliado com base no seu valor justo, de acordo com a gestão de risco documentada ou a estratégia de investimento da Companhia, e as informações sobre esse grupo forem fornecidas internamente nessa base; e
- O passivo financeiro fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos, e o CPC 48 permitir que o contrato combinado como um todo seja designado ao valor justo por meio do resultado.

Notas Explicativas

Passivos financeiros subsequentemente mensurados ao custo amortizado

Passivos financeiros que não sejam (i) contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios; (ii) mantidos para negociação; ou (iii) designados ao valor justo por meio do resultado, são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. O método da taxa de juros efetiva é um método para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, e para alocar as despesas de juros durante o exercício correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos de transação e outros prêmios ou deduções), durante a vida estimada do passivo financeiro ou (quando apropriado) durante um período menor, para o custo amortizado do passivo financeiro.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos Futuro de Moeda – NDF (“*Non Deliverable Forward*”), não designados como para contabilidade de hedge (*hedge accounting*), para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio.

Os instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado.

c) Contas a receber

As contas a receber correspondem, em sua maior parte, a contas a receber de atividades de venda de suas controladas Armazém Mateus S.A. e Mateus Supermercados S.A., provenientes da venda de atacado e varejo e recebíveis de cartões de crédito.

Representam instrumentos financeiros ativos classificados como “custo amortizado”.

As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor da fatura e ajustadas a valor presente (quando aplicável), incluindo os respectivos impostos diretos sob os quais a Companhia é responsável. O montante de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa é reconhecido, quando necessário, com base na estimativa da capacidade do devedor de pagar o valor devido e o prazo vencido do recebível.

De acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros, o contas a receber vendido é desreconhecido quando a Companhia entrega o controle e transfere para o comprador substancialmente todos os riscos e benefícios associados.

d) Estoques

De acordo com o CPC 16 – Estoques são registrados ao custo médio e inclui todos os componentes do custo de compra dos bens vendidos e leva em consideração os descontos e os rendimentos comerciais negociados com os fornecedores.

Os estoques são mensurados ao menor valor do custo médio e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos adicionais estimados necessários para a realização da venda. A Companhia ajusta regularmente a realização do valor de estoque devido a perdas e danos, bem como ajustes para correção da eliminação do lucro nos estoques da controlada Supermercado Mateus S.A., onde parte substancial das transações de compra de produtos do Supermercado são realizadas com sua parte relacionada Armazém Mateus S.A.

As provisões para perdas de estoques são registradas com base em percentuais aplicados a mercadorias com baixo giro de estoque e nas perdas médias de estoque.

Notas Explicativas

e) Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados durante o exercício de construção, para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, conforme as taxas demonstradas na Nota Explicativa nº 9.

A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. O saldo do imobilizado inclui todos os gastos alocáveis aos bens durante a sua fase de construção e/ou a fase de testes pré-operacionais dos bens.

Itens do imobilizado são baixados quando da sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros derivados do seu uso ou alienação. Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos são incluídos no resultado do exercício.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o exercício em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

f) Arrendamentos

Direito de uso em arrendamento

O CPC 06 (R2) entrou em vigor para exercícios anuais iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2019, substituindo o CPC 06 (R1) – Operações de Arrendamento Mercantil (IAS 17) e correspondentes interpretações, e, em essência, dispõe que todo contrato de arrendamento mercantil, seja ele considerado operacional ou financeiro, deve ser contabilizado reconhecendo ativos e passivos envolvidos, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo.

Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da revisão do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

O arrendatário pode optar pela adoção da norma utilizando a abordagem retrospectiva completa ou uma abordagem retrospectiva modificada. As provisões transitórias da norma permitem determinadas isenções.

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso).

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Notas Explicativas

Arrendamentos a pagar

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no exercício em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa tanto na mensuração inicial quanto na remensuração taxas nominais observáveis.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica à isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica à concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

g) Avaliação do valor recuperável dos ativos

A Companhia analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos). Caso estas evidências estejam presentes, estima-se o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: **(a)** seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e **(b)** seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, reconhece-se a redução (provisão) do saldo contábil deste ativo ("*impairment*"). Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente – Unidades Geradoras de Caixa (UGCs).

Em conformidade com o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos ("*impairment*") os ativos intangíveis com vida útil definida e os bens do imobilizado são testados para redução ao valor recuperável sempre que eventos ou mudanças no ambiente de mercado indicarem que o valor recuperável de um ativo individual e/ou uma Unidade Geradora de Caixa (UGC) puder ser menor que seu valor contábil. Os ativos individuais ou grupos de ativos são testados para o valor recuperável, comparando seu valor contábil com seu valor recuperável, definido como o mais alto de seu valor justo menos os custos de alienação e seu valor em uso. Valor em uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados para serem derivados do ativo. Se o valor recuperável for menor que o valor contábil, uma perda por "*impairment*" é reconhecida. As perdas por redução ao valor recuperável em bens do imobilizado, fundos de investimentos e ativos intangíveis (exceto o ágio) poderão ser revertidas em exercícios futuros, desde que o valor contábil aumentado do ativo atribuível à reversão não exceda o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação ou amortização, caso não houvesse perda de valor recuperável reconhecida para os ativos nos anos anteriores. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foi identificado "*impairment*" para ativos não financeiros.

h) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um valor separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

Notas Explicativas

i) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de obtenção da dívida que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos dos financiamentos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

j) Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber em troca de bens ou serviços, excluindo impostos sobre vendas e líquidos de quaisquer benefícios concedidos a clientes (devoluções e descontos comerciais). A Companhia reconhece a receita quando: **(i)** os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens forem transferidos para o comprador; **(ii)** for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia; **(iii)** os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável; **(iv)** não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos; e **(v)** o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A constituição e recomposição do ajuste a valor presente é registrada na rubrica de contas a receber e tem a contrapartida a rubrica de receita operacional líquida. A receita é mensurada líquida de devoluções e descontos comerciais.

k) Subvenções governamentais

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas, essas subvenções são reconhecidas sistematicamente na rubrica "Receita operacional líquida" durante os exercícios nos quais a Companhia reconhece como despesa os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar. Ao realizar a transferência do resultado do exercício para o Patrimônio Líquido, os valores são direcionados conforme sua natureza, Subvenção para Investimento ou Subvenção de método de custeio, cujo valor consta agregado ao resultado do exercício.

l) Custo das mercadorias vendidas

O custo das mercadorias vendidas compreende o custo das aquisições líquido dos descontos e bonificações recebidos de fornecedores, variações nos estoques e custos de logística. A Companhia apropria ao resultado do exercício as bonificações recebidas de fornecedores na medida em que o estoque que deu origem a bonificação se realiza.

Notas Explicativas

m) Tributação sobre a renda

Tributos correntes

A provisão para tributos sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada pela Companhia com base nas alíquotas vigentes da seguinte forma:

- **Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)**

À alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$240.

- **Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)**

À alíquota de 9%.

A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

A administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

Impostos diferidos

O imposto sobre a renda diferido (imposto diferido) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que estas diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

Notas Explicativas

n) Distribuição de lucros

Quando aplicável, a proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio, efetuados pela administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos a pagar", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia, entretanto, nos casos aplicáveis, a parcela dos dividendos e juros sobre capital próprio superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela administração após o exercício contábil a que se referem às demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, é registrada na rubrica "Dividendos e juros sobre o capital próprio", no patrimônio líquido, sendo seus efeitos divulgados em nota explicativa.

o) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, as taxas de juros explícitas ou implícitas, tomando-se como base as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes às dos respectivos ativos e passivos. Subsequentemente, esses efeitos são realocados nas linhas de receita ou despesas financeiras, no resultado, através da utilização da taxa de desconto considerada e do método do custo amortizado.

p) Lucro básico e diluído por ação

A Companhia efetua o cálculo do lucro básico por ação utilizando o número médio ponderado de ações totais em circulação durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33). A Companhia não possui fatores diluidores para mensuração do lucro diluído por ação, desta forma, o lucro básico e diluído por ação são iguais.

q) Novas normas e pronunciamentos contábeis adotados em 2023

Uma série de novas normas contábeis foram alteradas e ou criadas para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, a saber:

- Definição de Estimativas Contábeis: As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia;
- Divulgação de Políticas Contábeis: As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) e o *IFRS Practice Statement 2* fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis "significativas" por um requisito para divulgar suas políticas contábeis "materiais" e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis. As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Companhia, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras;
- Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação: As alterações ao *IAS 12 Income Tax* (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia; e

Notas Explicativas

- Reforma Tributária no Brasil: Reforma tributária Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos das LC.

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia e suas controladas pretendem adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor:

- Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um *Sale and Leaseback* (Transação de venda e retroarrendamento): Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. Não se espera que as alterações tenham algum impacto nas demonstrações financeiras da Companhia;
- Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante: Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. Não se espera que as alterações tenham impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia; e
- Acordos de financiamento de fornecedores: Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidênciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. Não se espera que as alterações tenham impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos	2.336	860	264.078	215.778
Aplicações financeiras	151.671	174.869	1.025.060	1.579.869
Total	154.007	175.729	1.289.138	1.795.647

As aplicações financeiras são remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e estão disponíveis para utilização imediata sem perda de rendimento, estando distribuídas entre CDB, com rentabilidade média 105% (101% em 31 de dezembro 2022) e fundo de investimento 104% (105% em 31 de dezembro de 2022).

Notas Explicativas

5. Títulos e valores mobiliários

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Banco do Nordeste do Brasil S.A. Capitalizações	882	751
Banco da Amazônia Capitalizações	-	757
Total ativo não circulante	882	1.508

Essas aplicações financeiras estão classificadas como títulos e valores mobiliários por estarem sujeitos a risco de mudança de valor se resgatados antes do prazo, eles são resgatados no prazo médio de 05 anos.

6. Contas a receber

a) Composição dos saldos por tipo de operação

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Títulos a receber	1.532.158	1.103.213
Cartão de crédito	1.966.244	1.489.186
Subtotal	3.498.402	2.592.399
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(40.774)	(44.143)
Total	3.457.628	2.548.256

Segue a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

Saldo em 31/12/2022	Adição	Reversão	Baixa	Saldo em 31/12/2023
(44.143)	(31.686)	10.492	24.563	(40.774)

Saldo em 31/12/2021	Adição	Reversão	Baixa	Saldo em 31/12/2022
(48.685)	(21.800)	6.975	19.367	(44.143)

A Companhia e suas controladas sempre mensuram a perda estimada em créditos de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes em um valor equivalente a Perdas de Crédito Esperadas (PCE). As perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber de clientes são estimadas usando uma matriz de provisão com base na experiência de inadimplência passada do devedor e em uma análise da posição financeira atual do devedor, ajustadas com base em fatores específicos aos devedores, condições econômicas gerais do setor no qual os devedores operam e uma avaliação do curso atual e projetado das condições na data de relatório. Periodicamente, uma análise é conduzida para avaliar a recuperabilidade dos títulos que foram provisionados, identificando aqueles que são considerados irrecuperáveis e, portanto, são demonstrados na coluna "Baixa".

Em 31 de dezembro de 2023, não há contas a receber dado em garantia pela Companhia e suas controladas.

Notas Explicativas

b) Composição de saldos por idade de vencimento

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	3.326.203	2.437.095
Contas a receber - vencidos		
De 01 a 30 dias	53.822	33.352
De 31 a 60 dias	42.224	18.186
De 61 a 90 dias	4.600	21.536
De 91 a 180 dias	30.779	36.991
De 181 a 360 dias	5.260	8.276
Acima de 360 dias	35.514	36.963
Total	3.498.402	2.592.399

7. Estoques

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Mercadorias para revenda	5.048.077	3.965.100
Provisão para obsolescência e quebras (a)	(36.965)	(26.475)
Adiantamento a fornecedores	76.543	46.750
Total	5.087.655	3.985.375

Movimentação da provisão para obsolescência e quebras:

Saldo em 31/12/2022	Movimento	Saldo em 31/12/2023
(26.475)	(10.490)	(36.965)

Saldo em 31/12/2021	Movimento	Saldo em 31/12/2022
(2.943)	(23.532)	(26.475)

- (a) A natureza das operações do comércio atacadista implica em grande movimentação interna de mercadorias. Nestas movimentações ocorrem perdas inerentes ao processo, como perdas no transporte, perdas no manuseio incorreto, perdas na armazenagem, perdas por deterioração ou qualidade, perdas por vencimento do prazo de validade, perdas por acondicionamento, perdas por degustação de mercadorias e perdas por furto de mercadorias em centro de distribuição. A Companhia e suas controladas monitoram estas ocorrências através de departamento específico e toma as providências cabíveis para diminuição de sua ocorrência.

Em 31 de dezembro de 2023, não há estoques dados em garantia pela Companhia e suas controladas.

Notas Explicativas

8. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) a compensar	-	-	10.541	12.652
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) a recuperar - CIAP (a)	-	-	256.588	188.445
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) a compensar	8.084	-	21.483	11.246
Imposto de renda sobre aplicação financeira	-	4.130	31.228	4.857
Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) a compensar	2.879	-	9.751	2.562
Programa de Integração Social (PIS)	-	-	61.832	58.486
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	-	-	262.982	266.417
Outros impostos a recuperar	-	-	4.717	863
Total	10.963	4.130	659.122	545.528
Circulante	10.963	4.130	419.631	379.672
Não circulante	-	-	239.491	165.856
Total	10.963	4.130	659.122	545.528

(a) Refere-se substancialmente a créditos decorrente de aquisição de ativos imobilizados. A parcela não circulante é representada basicamente por créditos de impostos, cuja expectativa de realização é de longo prazo.

A administração tem avaliado periodicamente a evolução desses créditos acumulados de impostos e a provisão para perdas necessária, objetivando o seu aproveitamento. A realização desses impostos é efetuada tendo como base as projeções de crescimento, questões operacionais e geração de débitos para consumo desses créditos pelas companhias do Grupo Mateus.

Em	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Em 01 ano	419.631	379.672
De 01 a 02 anos	82.959	57.452
De 02 a 03 anos	81.329	56.323
De 03 a 04 anos	75.203	52.081
Total	659.122	545.528

Notas Explicativas

9. Imobilizado

	% - Taxa média ponderada de deprec. a.a.	Saldo em 31/12/2022 <u>Consolidado</u>	Adições	Baixas (c)	Transferências (d)	Saldo em 31/12/2023 <u>Consolidado</u>
Custo						
Terrenos	-	202.523	213.868	(124.881)	-	291.510
Edificações	-	41.327	7	(4)	-	41.330
Máquinas e equipamentos	-	1.022.203	171.082	(981)	85.312	1.277.616
Móveis e utensílios	-	229.581	43.806	(603)	-	272.784
Veículos	-	36.085	855	(284)	-	36.656
Equipamentos de informática	-	100.313	22.897	(918)	-	122.292
Imobilizações em andamento (a)	-	511.007	571.138	(30.301)	(481.753)	570.091
Edificações em imóveis de terceiros (b)	-	1.776.631	156.639	(4.340)	396.441	2.325.371
Total		3.919.670	1.180.292	(162.312)	-	4.937.650
Depreciação						
Edificações	4	(11.322)	(461)	-	-	(11.783)
Máquinas e equipamentos	10	(311.932)	(109.589)	-	-	(421.521)
Móveis e utensílios	10	(88.555)	(21.960)	-	-	(110.515)
Veículos	20	(31.162)	(844)	12	-	(31.994)
Equipamentos de informática	20	(51.555)	(18.101)	-	-	(69.656)
Edificações em imóveis de terceiros	10	(464.959)	(98.567)	1.860	-	(561.666)
Total		(959.485)	(249.522)	1.872	-	(1.207.135)
Saldo		2.960.185	930.770	(160.440)	-	3.730.515

Notas Explicativas

	% - Taxa média ponderada de deprec. a.a.	Saldo em 31/12/2021 Consolidado	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2022 Consolidado
Custo						
Terrenos	-	191.936	112.780	(102.163)	(30)	202.523
Edificações	-	45.755	301	-	(4.729)	41.327
Máquinas e equipamentos	-	708.551	254.772	(398)	59.278	1.022.203
Móveis e utensílios	-	185.238	41.789	(393)	2.947	229.581
Veículos	-	34.010	2.081	-	(6)	36.085
Equipamentos de informática	-	73.694	28.620	(6)	(1.995)	100.313
Imobilizações em andamento	-	554.890	300.291	(48.342)	(295.832)	511.007
Edificações em imóveis de terceiros	-	1.527.716	127.737	(119.189)	240.367	1.776.631
Total		3.321.790	868.371	(270.491)	-	3.919.670
Depreciação						
Edificações	4	(10.993)	(329)	-	-	(11.322)
Máquinas e equipamentos	10	(230.931)	(81.001)	-	-	(311.932)
Móveis e utensílios	10	(69.144)	(19.411)	-	-	(88.555)
Veículos	20	(30.027)	(1.135)	-	-	(31.162)
Equipamentos de informática	20	(36.503)	(15.052)	-	-	(51.555)
Edificações em imóveis de terceiros	10	(362.307)	(102.652)	-	-	(464.959)
Total		(739.905)	(219.580)	-	-	(959.485)
Saldo		2.581.885	648.791	(270.491)	-	2.960.185

- (a) Referem-se a aquisições em trânsito para construções e aquisições de bens para os centros de distribuição e lojas e adiantamento a fornecedores em conexão com o plano de crescimento esperado da Companhia e suas controladas;
- (b) Referem-se a benfeitorias e expansões nos centros de distribuição e lojas das controladas do grupo;
- (c) Referem-se a alienação de bens (no montante de R\$ 155.182) e baixas decorrentes de avaliação de ausência de expectativa de benefícios econômicos futuros (no montante de R\$ 5.258); e
- (d) Referem-se, principalmente, às construções que estavam em andamento e ficaram disponíveis para uso durante o exercício findo em 31/12/2023.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas possuíam bens do ativo imobilizado dados em garantia nas operações de empréstimos e financiamentos, nos valores de R\$ 186.848 (R\$ 295.820 em 31 de dezembro de 2022).

Notas Explicativas

10. Ativos de direito de uso

	% - taxa média ponderada de deprec. a.a.	Saldo em 31/12/2022 <u>Consolidado</u>	Adições	Baixas	Encerrados	Remensuração	Saldo em 31/12/2023 <u>Consolidado</u>
Custo	-						
Direito de uso de arrendamento	-	1.588.404	667.035	(105)	(10.856)	78.370	2.322.848
Amortização	6,27	(327.589)	(144.448)	-	-	-	(472.037)
Total		1.260.815	522.587	(105)	(10.856)	78.370	1.850.811

	% - taxa média ponderada de deprec. a.a.	Saldo em 31/12/2021 <u>Consolidado</u>	Adições	Baixas	Encerrados	Remensuração	Saldo em 31/12/2022 <u>Consolidado</u>
Custo							
Direito de uso de arrendamento	-	1.125.705	437.606	-	(95.611)	120.704	1.588.404
Amortização	7,70	(218.201)	(109.388)	-	-	-	(327.589)
Total		907.504	328.218	-	(95.611)	120.704	1.260.815

A amortização do direito de uso em arrendamento se dá pelo tempo total de contrato de arrendamento firmado entre a Companhia e o arrendador (parte relacionada vide Nota Explicativa nº 18), pelo prazo de 01 a 20 anos.

As remensurações referem-se a atualizações decorrente de reajustes, renovações e/ou renegociações nos contratos de arrendamento. O efeito no passivo pode ser visto na Nota Explicativa nº 16.

O valor presente dos arrendamentos foi calculado, por meio da projeção de pagamentos futuros fixos, que não consideram inflação projetada, descontados pelas taxas de desconto (taxa incremental), que variam de 9% a 18.90%.

Notas Explicativas**11. Investimentos**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Participações em companhias controladas				
Indústria de Pães e Massas Mateus Ltda.	177.250	165.668	-	-
Armazém Mateus S.A.	7.167.668	6.008.223	-	-
Mateus Supermercados S.A.	797.413	742.435	-	-
Posterus Supermercados Ltda.	113.709	97.116	-	-
Rio Balsas Part. e Empreend. Ltda.	279.556	274.123	-	-
Mais Invicta Distribuidora Ltda.	84	20	-	-
Fundo Imobiliário Big Box	-	-	19.238	-
Total	8.535.680	7.287.585	19.238	

Notas Explicativas**Resumo dos investimentos**

	Participação		Patrimônio líquido		Capital social		Lucro líquido		Lucro não realizado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Participações diretas										
em companhias										
Indústria de Pães e										
Massas Mateus Ltda.	99,99%	99,99%	179.270	167.653	91.449	91.449	11.617	19.224	34	8
Armazém Mateus S.A.	98,77%	98,71%	7.264.233	6.089.984	6.741.097	3.468.214	1.173.885	1.032.578	-	-
Mateus										
Supermercados S.A.	99,99%	99,99%	839.471	771.380	720.081	720.081	67.425	17.804	13.097	13.714
Posterus										
Supermercados Ltda.	97,05%	97,05%	123.922	100.611	87.214	87.214	23.312	16.378	6.031	2.146
Rio Balsas Participações										
e Empreendimentos Ltda.	99,99%	99,99%	279.269	274.124	271.220	271.220	5.145	(2.033)	-	-
Mais Invicta	1%	1%	7.949	1.959	2.000	2.000	5.990	(41)	-	-
Participações indiretas										
Armazem Ltda.	51,00%	51,00%	894	67	200	485	762	(115)	-	-
Mais Fraldas Ltda.	63,65%	51,00%	2.211	183	4.175	357	(1.540)	(174)	-	-
Mateus Mais App Ltda.	95,00%	95,00%	9.439	2.062	2.105	3.026	(2.231)	(964)	-	-
Participações em Fundos										
de investimentos										
Fundo Imobiliário										
Big Box (a)	100,00%	-	(1.467)	-	19.263	-	(18.159)	-	-	-

- (a) Fundo de Investimento Imobiliário Big Box é registrado na CVM e classificado como FII de imóveis gestão ativa e tem como segmento de atuação imóveis urbanos de varejo, principalmente os destinados a varejo de grande superfície. A controlada Rio Balsas Empreendimentos Ltda recebeu em dação 100% das cotas do fundo em 05 de maio de 2023. O principal objetivo do fundo é dar continuidade ao desenvolvimento do empreendimento localizado em Altos, no estado do Piauí.

Notas Explicativas**Movimentação**

Controladora	Indústria de Pães e Massas Mateus Ltda.	Posterus Supermercados	Rio Balsas	Armazém Mateus S.A.	Mateus Supermercados S.A.	Mais Invicta Distribuidora	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	142.254	82.749	175.566	4.831.439	738.352	-	5.970.360
Resultado da equivalência patrimonial	19.222	16.513	(2.033)	1.019.784	17.797	-	1.071.283
Lucro não realizado nos estoques	(8)	(2.146)	-	-	(13.714)	-	(15.868)
Aporte de capital	4.200	-	100.590	157.000	-	20	261.810
Saldo em 31 de dezembro de 2022	165.668	97.116	274.123	6.008.223	742.435	20	7.287.585
Saldo em 31 de dezembro de 2022	165.668	97.116	274.123	6.008.223	742.435	20	7.287.585
Resultado da equivalência patrimonial	11.616	22.624	5.433	1.159.445	68.075	64	1.267.257
Lucro não realizado nos estoques	(34)	(6.031)	-	-	(13.097)	-	(19.162)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	177.250	113.709	279.556	7.167.668	797.413	84	8.535.680

Consolidado**Fundo Imobiliário Big Box**

Saldo em 31 de dezembro de 2022	-
Adição	19.238
Saldo em 31 de dezembro de 2023	19.238

Notas Explicativas

12. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
De produtos	-	-	2.691.962	1.851.888
De serviços	-	69	154.707	78.428
De imobilizado	-	-	92.650	12.458
De consumo	-	-	91.347	65.800
Risco sacado (a)	-	-	25.816	-
Total	-	69	3.039.206	2.008.574

(a) Refere-se às operações de risco sacado em que não houve modificações relevantes das condições de compras (pagamentos e de preços negociados) com os fornecedores, permanecendo em condições usualmente praticadas no mercado. As operações de risco sacado possibilitam aos fornecedores, que arcam com os juros, melhor gerenciamento de suas necessidades de fluxo de caixa, em detrimento de maior intensificação das relações comerciais com a Companhia e suas controladas.

13. Empréstimos, financiamentos e debêntures

a) Composição

Modalidade	Item	Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos	13.1	434.142	487.727
Leasing	13.2	29.923	53.378
Financiamentos	13.3	278.213	197.696
Debêntures	13.4	1.037.106	1.092.252
Total de empréstimos, financiamentos e debêntures		1.779.384	1.831.053
Circulante		465.402	192.831
Não circulante		1.313.982	1.638.222
Total		1.779.384	1.831.053

b) Vencimentos

Os vencimentos dos valores de longo prazo têm a seguinte composição:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
2024	-	415.634
2025	268.520	261.907
2026	257.984	246.059
A partir de 2027	787.478	714.622
Total	1.313.982	1.638.222

Notas Explicativas

c) Movimentação

A movimentação dos saldos de empréstimos e financiamentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é demonstrada a seguir:

Movimentação	Consolidado				
	Empréstimos	Financiamentos	Leasing	Debêntures	Total
31 de dezembro de 2022	487.727	197.696	53.378	1.092.252	1.831.053
Captações	-	86.595	-	-	86.595
Provisão de juros	56.628	9.852	7.220	126.665	200.365
Pagamentos principal	(75.141)	(5.348)	(23.455)	(91.518)	(195.462)
Pagamentos juros	(35.072)	(10.581)	(7.220)	(90.294)	(143.167)
31 de dezembro de 2023	434.142	278.214	29.923	1.037.105	1.779.384
31 de dezembro de 2021	512.509	34.299	83.284	412.277	1.042.369
Captações	-	167.367	1.697	800.000	969.064
Provisão de juros	58.183	3.370	6.725	43.196	111.474
Pagamentos principal	(23.272)	(4.024)	(31.603)	(95.473)	(154.372)
Pagamentos juros	(59.693)	(3.316)	(6.725)	(67.748)	(137.482)
31 de dezembro de 2022	487.727	197.696	53.378	1.092.252	1.831.053

13.1. Empréstimos

Modalidade	Item	Encargos	Consolidado	
			31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos - Capital de Giro	a)	CDI + 2,67% a.a.	61.750	80.000
CPR	b)	10,8% a.a.	205.725	185.505
CPR	c)	CDI + 1,82% a.a.	166.667	222.222
Total de empréstimos			434.142	487.727

- a) Em 1º de outubro de 2021, a Companhia realizou uma operação de empréstimo com o Banco da Amazônia, no montante de R\$ 100.000, remuneração equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI, acrescida de uma sobretaxa de 2,67% ao ano com prazo de pagamento de 5 anos, tendo sua primeira parcela paga em 25 de janeiro de 2022. Os pagamentos de juros e amortização do principal serão mensais;
- b) Em 29 de outubro de 2021, a Companhia emitiu Cédula do Produtor Rural (CPR) junto ao Banco do Brasil no montante de R\$ 162.509, tendo sua remuneração pré-fixada equivalente a 10,8% a.a., com pagamento único no vencimento, em 2024. A Companhia faz uso de operações de swap desta captação, trocando estas obrigações por uma taxa de 95% do CDI (Nota Explicativa nº 26);
- c) Em 30 de dezembro de 2021, a Companhia emitiu Cédula do Produtor Rural, no montante de R\$ 250.000, com remuneração equivalente à taxa média dos certificados de depósito interbancário (CDI) acrescidos de encargos adicionais de 1,82% a.a. Todas as operações foram realizadas para o plano de expansão (Nota Explicativa nº 26).

Notas Explicativas

13.2. Leasing

Modalidade	Item	Encargos	Consolidado	
			31/12/2023	31/12/2022
Leasings	a)	11,71% a.a.	29.923	53.378

- a) Outra fonte de financiamento de suas atividades utilizadas pela Companhia trata-se dos leasings destinadas às aquisições de máquinas e equipamentos a serem utilizados em suas atividades. No contexto de referidas operações, o próprio bem financiado é dado em garantia ao credor. Em 31 de dezembro de 2023, a operação de leasing mais longa que a Companhia havia celebrado tinha como vencimento final a data de 17 de novembro de 2031.

13.3. Financiamentos

Modalidade	Item	Encargos	Consolidado	
			31/12/2023	31/12/2022
Finame	a)	9,83% a 17,31% a.a.	278.214	197.696

- a) Adicionalmente às operações de empréstimos acima mencionada, a Companhia também celebra instrumentos financeiros no âmbito do programa de Financiamentos para Aquisição de Máquinas e Equipamentos (Finame), com taxas de juros anuais pré-fixados de 6,00% em média ou taxa pós-fixada média de 3,00% mais Taxa de Longo Prazo TLP. No contexto de tais operações, e semelhante ao observado nos contratos de leasing, os próprios bens financiados são outorgados em garantia, além do aval prestado pelo Sr. Ilson Mateus (acionista) e companhias controladas. No ano de 2023, foram captados Finame a uma taxa de juros que varia de 9,83 a.a. e 17,31 a.a., com vencimento até 2032. Em 31 de dezembro de 2023, a operação de Finame mais longa que a Companhia havia celebrado tinha como vencimento final a data de 15 de maio de 2027.

13.4. Debêntures

Modalidade	Item	Encargos	Consolidado	
			31/12/2023	31/12/2022
Debêntures				
2ª Emissão Mateus Supermercados	a)	CDI + 2,00% a.a.	134.167	180.167
2ª Emissão Armazém Mateus (1ª Série)	b)	CDI + 3,30% a.a.	12.500	20.124
3ª Emissão Armazém Mateus (1ª Série)	c)	CDI + 3,30% a.a.	78.093	106.667
3ª Emissão Armazém Mateus (2ª Série)	c)	CDI + 2,35% a.a.	-	8.889
3ª Emissão Mateus Supermercados - CRI (i)	d)	IPCA + 6,34% a.a.	812.345	776.405
Total de debêntures			1.037.105	1.092.252

- a) Em 12 de novembro de 2019, o Mateus Supermercados emitiu a série única de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações e nem permutáveis em ações de outras sociedades ou por outros valores mobiliários de qualquer natureza, no montante total de R\$ 230.000 e R\$ 1.000 por debênture, com vencimento em 12 de novembro de 2026 e remuneradas pela variação da taxa de 100% DI, acrescida de 2,00% a.a. As debêntures estão dispensadas de registro de distribuição na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), de que trata o Artigo 19, "caput", da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, e alterações posteriores, nos termos do Artigo 6º da Instrução CVM nº 476/2009, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição;

Notas Explicativas

- b) Em 10 de janeiro de 2017, o Armazém Mateus emitiu em duas séries, debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações sendo elas, 1ª Série no montante de R\$ 60.000, e 2ª Série no montante de R\$ 40.000 e R\$ 1 por debênture com vencimentos em 10 de janeiro de 2025 e 10 de janeiro de 2022 respectivamente. As debêntures da 1ª Série serão remuneradas pela variação da taxa de 100% DI, acrescida de 3,30% a.a. As debêntures da 2ª Série serão remuneradas pela variação da taxa de 100% DI, acrescida de 3,10% a.a. Ambas estão dispensadas de registro de distribuição na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), de que trata o Artigo 19, “caput”, da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, e alterações posteriores, nos termos do Artigo 6º da Instrução CVM nº 476/2009, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição;
- c) Em 14 de novembro de 2018, o Armazém Mateus emitiu em duas séries, debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações sendo elas, 1ª Série no montante de R\$ 160.000, e 2ª Série no montante de R\$ 40.000 e R\$1 por debênture, com vencimentos em 14 de novembro de 2026 e 14 de novembro de 2023 respectivamente. As debêntures da 1ª Série serão remuneradas pela variação da taxa de 100% DI, acrescida de 2,35% a.a. As debêntures da 2ª Série serão remuneradas pela variação da taxa de 100% DI, acrescida de 2,18% a.a. Ambas estão dispensadas de registro de distribuição na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), de que trata o Artigo 19, “caput”, da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, e alterações posteriores, nos termos do Artigo 6º da Instrução CVM nº 476/2009, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição;
- d) Em 15 de julho de 2022, a controlada Mateus Supermercados S.A. concluiu a emissão de 800.000 debêntures não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 1 (um mil reais), perfazendo o valor total de R\$ 800.000 (montante recebido nessa data), nos termos do contrato firmado entre a Companhia e o agente fiduciário no dia 22 de maio de 2022. A Emissão foi realizada em série única, sem constituição de garantias específicas, reais ou pessoais, com remuneração de IPCA + 6,3423 a.a. e vencimento em 2032, sendo 7,45% a.a. a taxa efetiva da operação. O saldo inicial de reconhecimento da captação leva em consideração os custos da transação no valor de R\$ 24.552, que serão amortizados ao longo do contrato, R\$ 2.080 por ano.

Seguem as características gerais das debêntures das controladas:

Séries	Qtde. em circulação	Remuneração	Pagamento dos juros
Série única	230.000	100% DI + 2,00%	Trimestral até novembro de 2021 e mensal até o vencimento
1ª Série	60.000	100% DI + 3,30%	Trimestral até janeiro de 2019 e mensal até o vencimento
1ª Série	160.000	100% DI + 2,35%	Trimestral até agosto de 2020 e mensal até o vencimento
Série única	800.000	IPCA + 6,3423%	Mensal até o vencimento

Cláusulas restritivas

De acordo com o contrato de financiamento, as controladas Armazém Mateus e Mateus Supermercados obrigam-se a cumprir as seguintes cláusulas restritivas (“*covenants*”) sob pena de ter decretado o vencimento antecipado da dívida:

- a) Apuração anual, dentro do exercício de amortização da dívida, da dívida líquida pelo “*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization – EBITDA*”, a qual deve obedecer ao limite de 2 a 2,5% vezes; e
- b) Outras condições contratuais tais como aplicação do recurso no centro de distribuição e abastecimento do mesmo com estoques, entre outros.

As controladas cumpriram com os referidos “*covenants*” anuais, em 31 de dezembro de 2022, quando aplicáveis.

Notas Explicativas

Garantias e fianças

As investidas “Mateus Supermercado S.A.” e “Armazém Mateus S.A.” são fiadoras/avalistas solidárias e interveniente garantidora dos empréstimos e financiamentos da parte relacionada “Tocantins Participações e Empreendimentos Ltda.”.

Os contratos da “Tocantins Participações e Empreendimentos Ltda.” que as empresas supracitadas são fiadoras/avalistas totalizaram R\$ 146.566 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 226.556 em 2022), conforme seguem abaixo:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Financiamento CRI - Crédito Imobiliário (Itaú)	111.913	30.696
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI 212 (XP investimentos)	34.653	195.860
Total	146.566	226.556

Em 16 de setembro de 2020, as investidas Mateus Supermercado S.A. e Armazém Mateus S.A. firmaram contrato sobre condições gerais para a prestação de garantia com a empresa Tocantins Participações e Empreendimentos Ltda., onde regularam os termos e condições para a prestação de Garantias por ambas as partes, de forma a garantir o cumprimento de todas e quaisquer obrigações, principais ou acessórias (inclusive todos os ônus, juros, multas, taxas, tributos, encargos e demais despesas) assumidas pelas partes perante a credores (“Obrigações Garantidas”).

Ficou acordado que as partes se comprometem periodicamente a apurar o saldo devedor total das Obrigações Garantidas por cada Parte e sobre esta diferença apurada será devida uma remuneração à taxa de 1% (um por cento) ao ano, como contraprestação às obrigações garantidas.

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo devedor total das obrigações garantidas era no montante de R\$ 63 (R\$ 67 em 2022).

A remuneração deverá ser revista anualmente e ajustada, conforme necessário, para refletir as taxas usualmente praticadas pelo mercado para esse tipo de operação. O pagamento da remuneração será devido enquanto as Obrigações Garantidas não forem integralmente quitadas e/ou enquanto a Parte Garantidora permanecer na qualidade de garantidora das respectivas Obrigações Garantidas.

14. Obrigações trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Salários a pagar	17.996	11.094	155.652	116.268
Provisão de férias	1.896	1.133	168.807	133.412
Provisão 13º Salário	-	-	-	198
Rescisões a pagar	-	-	660	441
Contribuição sindical	-	-	945	395
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a recolher	2.206	152	42.289	30.225
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	313	469	12.992	10.465
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)	31	40	12.910	9.903
Total	22.442	12.888	394.255	301.307

Notas Explicativas**15. Obrigações tributárias**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	-	-	162.054	108.571
PIS e Cofins retido na fonte	5	5	657	467
PIS e Cofins a recolher	70	96	154	587
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	-	-	33.183	15.424
Contribuição social sobre Lucro Líquido (CSLL)	-	-	9.078	5.593
Imposto Sobre Serviços (ISS)	-	2	1.735	1.282
Outros	2	-	6.049	240
Total	77	103	212.910	132.164

Notas Explicativas

16. Passivo de arrendamento

A amortização do passivo de arrendamento se dá pelo tempo total de contrato de arrendamento firmado entre a Companhia e o arrendador, pelo prazo médio de 15 anos.

A movimentação do arrendamento a pagar, foi a seguinte:

	% Taxa média ponderada de amort. a.a.	Saldo em 31/12/2022 <u>Consolidado</u>	Adições	Baixas	Encerrado	Remensuração	Saldo em 31/12/2023 <u>Consolidado</u>
Custo							
Passivo de arrendamento	-	2.895.127	1.944.028	(277.865)	(43.816)	141.346	4.658.820
(-) Juros a apropriar	18,9	(1.557.792)	(1.276.993)	169.611	34.836	(65.314)	(2.695.652)
Total	-	1.337.335	667.035	(108.254)	(8.980)	76.032	1.963.168
Circulante	-	80.274	-	-	-	-	35.626
Não Circulante	-	1.257.061	-	-	-	-	1.927.542
Total	-	1.337.335	-	-	-	-	1.963.168

	% Taxa média ponderada de amort. a.a.	Saldo em 31/12/2021 <u>Consolidado</u>	Adições	Baixas	Encerrado	Remensuração	Saldo em 31/12/2022 <u>Consolidado</u>
Custo							
Passivo de arrendamento	-	1.668.836	1.357.571	(187.703)	(176.984)	233.407	2.895.127
(-) Juros a apropriar	18,9	(717.163)	(919.965)	114.597	82.435	(117.696)	(1.557.792)
Total	-	951.673	437.606	(73.106)	(94.549)	115.711	1.337.335
Circulante	-	61.137	-	-	-	-	80.274
Não circulante	-	890.536	-	-	-	-	1.257.061
Total	-	951.673	-	-	-	-	1.337.335

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou saldo de passivo de arrendamento no total de R\$ 1.963.168, sendo este junto à empresa Tocantins Participações saldo no montante de R\$ 130.124 (R\$ 156.958 em 2022).

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano de vencimento	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
2024	-	205.566
2025	302.524	197.590
2026	294.994	190.823
2027 em diante	3.731.277	2.086.162
Juros embutidos	(2.401.253)	(1.423.080)
Total	1.927.542	1.257.061

O indicativo do direito potencial de PIS e COFINS a recuperar, não mensurados nos fluxos de caixa dos arrendamentos, estão demonstrados a seguir:

Fluxo de caixa	Nominal	Ajustado valor presente
	Consolidado	Consolidado
Contraprestação do arrendamento	4.658.820	1.963.168
PIS/COFINS potencial (9,25%)	430.941	181.593

Os efeitos inflacionários no período de comparação com o fluxo real, utilizando a taxa do IGPM estimado pela FGV dos últimos 12 meses de -3,18% representam os seguintes montantes:

Ativos de direito de uso	Consolidado
Fluxo real	31/12/2023
Direito de uso	2.322.848
Depreciação	(472.037)
Total	1.850.811

Passivos de arrendamento	Consolidado
Fluxo real	31/12/2023
Passivo de arrendamento	4.658.820
Despesa financeira	(2.695.652)
Total	1.963.168

Ativos de direito de uso	Consolidado
Fluxo inflacionado	31/12/2023
Direito de uso	2.248.981
Depreciação	(457.026)
Total	1.791.955

Notas Explicativas

Passivos de arrendamento Fluxo inflacionado	Consolidado	
	31/12/2023	
Passivo de arrendamento	4.510.670	
Despesa financeira	(2.609.930)	
Total	1.900.740	

Os ativos para os quais não foram aplicados os requisitos dos itens 22 a 49 do CPC 06 (R2) – Arrendamento, sendo arrendamentos de curto prazo ou arrendamentos de baixo valor, geraram impacto no resultado conforme a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Aluguel de imóveis	(136.662)	(135.698)
Total	(136.662)	(135.698)

17. Tributos parcelados

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Parcelamento de ICMS (a)	10.942	3.735
Parcelamento tributos federais (b)	18.025	26.848
Parcelamento INSS	500	-
Total	29.467	30.583
Circulante	11.977	10.402
Não circulante	17.490	20.181
Total	29.467	30.583

- (a) Em 2019, foram realizados parcelamentos de ICMS em 36, 48 e 60 parcelas, cujo vencimento estão para 2022, 2023 e 2024 respectivamente. No ano de 2018, foram realizados parcelamentos de ICMS, cujo vencimento final foi em agosto de 2022, com 48 parcelas. Em dezembro de 2021 foram realizados parcelamentos de ICMS em 10 parcelas cujo vencimento foi em setembro de 2022. Parcelamento de ICMS com 24, 45, 60 parcelas cujo vencimento está previsto para final de fevereiro de 2025. Em 2023, foi realizado parcelamento de ICMS em 60 parcelas, com vencimento para 2028; e
- (b) No ano de 2017, foi realizado um parcelamento de tributos federais, cujo vencimento final é em abril de 2027, com 120 parcelas. Em 2020, em decorrência da Covid 19, foram realizados parcelamentos Federais de PIS, COFINS e INSS, ambos com 60 parcelas no qual seus vencimentos estão previstos para final de setembro de 2025.

Não há garantias ou arrolamento de bens relacionados aos parcelamentos de tributos da Companhia e suas controladas.

Os vencimentos dos valores de longo prazo têm a seguinte composição:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
2024	-	9.597
2025	11.900	9.138
2026	1.718	662
A partir de 2027	3.872	784
Total	17.490	20.181

Notas Explicativas

18. Partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo não circulante				
Tocantins Participações e Empreendimentos Ltda.				
	-	-	-	440
Mateus Eletrônica Ltda.	-	-	-	7
Invicta Prod. Farmacêuticos	-	-	-	2.087
Braslub Distribuidora Ltda.	-	-	104	4.657
Mateus Supermercados	-	2.005	-	-
Indústrias Blanco Ltda.	-	-	-	47
Total	-	2.005	104	7.238
Passivo não circulante				
Indústrias Blanco Ltda. (d)				
	-	-	8.679	9.360
Invicta Produtos Farmacêuticos Ltda. (b)				
	-	-	7.823	7.890
Tocantins Participações e Empreendimentos Ltda. (a)				
	-	350	10.998	5.844
Mateus Eletrônica Ltda.	-	-	2	-
Rodrigues e Noieto	-	-	532	463
Braslub Distribuidora Ltda. (c)	-	-	1.184	1.540
Total		350	29.218	25.097
Passivos de arrendamentos				
Tocantins Participações e Empreendimentos Ltda.				
	-	-	130.124	156.958
Despesas financeiras de arrendamento				
Tocantins Participações e Empreendimentos Ltda.				
	-	-	8.764	44.871

(a) Tocantins Participações e Empreendimentos Ltda.

O saldo de R\$ 10.998 no passivo é referente ao aluguel dos imóveis locados pela Tocantins Part. e Empreendimentos Ltda. ao Mateus Supermercados S.A. e à Indústria de Pães e Massas para realização de suas atividades operacionais por meio de contrato de locação. O vencimento do referido saldo está previsto para 2025. Não há incidência de juros. O valor registrado como passivo de arrendamento também é um saldo a ser pago à Tocantins.

(b) Invicta Produtos Farmacêuticos Ltda.

Operações de compra e venda de produtos entre o Armazém Mateus S.A., como comprador, e a Invicta Produtos Farmacêuticos Ltda., empresa especializada em produtos farmacêuticos, como vendedora. O saldo composto por R\$ 7.823 com Armazém Mateus SA no passivo, onde ele é abastecido especialmente nos produtos de fraldas. O vencimento do referido saldo está previsto para o ano de 2025.

(c) Braslub Distribuidora Ltda.

O saldo refere-se a títulos a pagar do Armazém Mateus por vendas efetuadas de lubrificantes à Braslub Distribuidora sem incidência de juros. O vencimento do referido saldo está previsto para o ano de 2025.

Notas Explicativas

(d) Indústria Blanco Ltda.

Corresponde a operações comerciais praticadas entre o Armazém Mateus S.A., Mateus Supermercados S.A. na qualidade de compradores, e a Industria Blanco Ltda., empresa especializada no empacotamento de açúcar, na qualidade de vendedora. As operações não são formalizadas individualmente via contrato, mas conforme demanda de solicitação de produtos, o Armazém e Supermercados fazem a solicitação de compra junto à Indústrias Blanco e essa, por sua vez, fatura para o Armazém, Supermercados e Posterus com base nos preços de mercado. O vencimento do referido saldo está previsto para o ano de 2025.

Remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia e suas controladas

O pessoal-chave da administração compreende os Diretores, Conselheiros da administração e Fiscal. A remuneração paga ou a pagar por serviços prestados está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Salários de diretores, conselheiros e administradores	8.754	6.248
Total	8.754	6.248

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 houve remuneração de curto prazo relativa a benefícios e bonificações no montante de R\$ 9.407 (R\$ 3.856 em 2022).

19. Provisão para riscos

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis e tributárias. A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações tributárias, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu, em 31 de dezembro de 2023, provisão para as causas com expectativa de perda considerada provável.

A provisão para riscos, classificados como perda provável, está apresentada a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Trabalhistas e cíveis	6.056	526	59.821	28.046
Total	6.056	526	59.821	28.046

A seguir a movimentação das provisões:

Controladora	Trabalhistas	Tributarias	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	-	526	526
Movimento	5.523	-	7	5.530
Saldos em 31 de dezembro de 2023	5.523	-	533	6.056

Controladora	Trabalhistas	Tributarias	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	-	-	-
Movimento	-	-	526	526
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	-	526	526

Notas Explicativas

Consolidado	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	17.396	3.105	7.545	28.046
Movimento	10.152	21.292	331	31.775
Saldos em 31 de dezembro de 2023	27.548	24.397	7.876	59.821

Consolidado	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	9.621	283	5.283	15.187
Movimento	7.775	2.822	2.262	12.859
Saldos em 31 de dezembro de 2022	17.396	3.105	7.545	28.046

A Companhia e suas controladas também figuram como parte em alguns processos judiciais trabalhistas, cíveis e tributários que surgem no curso normal de suas operações, dos quais seus consultores jurídicos estimam as chances de perda como possíveis e remotas.

Em 31 de dezembro de 2023, o valor das causas dos processos com possibilidade de perda possível, portanto não objeto de provisionamento, monta em R\$ 93.873 (R\$ R\$ 48.531 em 2022).

As companhias do Grupo Mateus têm um certo número de processos administrativos e tributários decorrentes de reclamações e auto de infração decorrentes de auditorias fiscais.

As principais causas de processos nos quais as companhias do Grupo Mateus figuram como uma das partes estão descritos a seguir:

Trabalhistas

As companhias do Grupo Mateus são partes em sua maioria de processos relacionados a assuntos trabalhistas originados a partir de procedimentos administrativos iniciados por ex-funcionários, órgãos públicos, terceirizados etc. A maioria dos processos originam-se por conta de reclamações sobre a jornada de trabalho, acidentes de trabalho e demandas relacionadas a comprovações de cumprimento da legislação trabalhista.

Cíveis

O Grupo Mateus é parte de processos originados por meio de desentendimentos ocorridos no interior das lojas, causando aos clientes danos, sejam eles materiais ou morais.

Tributários

O Grupo Mateus é fiscalizado regularmente e algumas vezes sofre autos de infração em razão de divergências identificadas pelos órgãos públicos responsáveis.

Depósitos judiciais – ativos não circulantes

A Companhia e suas controladas mantêm depósitos judiciais vinculados às provisões tributárias, trabalhistas e cíveis, os quais estão assim demonstrados:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhistas, tributárias e cíveis	27.436	20.808
Total	27.436	20.808

Notas Explicativas

20. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023 de R\$ 8.013.514 (R\$ 4.780.929 em 31 de dezembro de 2022) está representado por 2.209.346.079 ações nominativas, conforme demonstrado no quadro a seguir, sendo deduzido os custos com transação da Oferta Pública de Ações (IPO) de R\$ 182.186.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a controlada Armazém Mateus S.A realizou a capitalização de R\$ 3.272.883 da reserva de incentivos fiscais transferindo-a para o Capital Social. Esse movimento ocasionou um aumento de capital em R\$ 3.232.585 na controladora Grupo Mateus S.A, por de efeito de Equivalência Patrimonial, conforme ata de assembleia geral extraordinária da investida Armazém Mateus S.A. datada em 21 de dezembro de 2023.

	31/12/2023			31/12/2022		
	Quantidade	Valor	%	Quantidade	Valor	%
Ilson Mateus Rodrigues	915.659.993	3.416.787	41,69	915.659.993	2.069.123	41,69
Maria Barros Pinheiro	335.946.506	1.246.565	15,21	335.946.506	754.889	15,21
Ilson Mateus Rodrigues Junior	244.385.347	905.625	11,05	244.385.347	548.424	11,05
Denílson Pinheiro Rodrigues	244.385.348	905.625	11,05	244.385.348	548.424	11,05
Outros (acionistas minoritários)	468.569.593	1.721.098	21,00	468.968.885	1.042.255	21,00
Ações em tesouraria (b)	399.292	(2.980)	(0,06)	-	-	-
Subtotal	2.209.346.079	8.192.720	100	2.209.346.079	4.963.115	100
Custos com IPO		(182.186)	-		(182.186)	-
Total	2.209.346.079	8.010.534	-	2.209.346.079	4.780.929	-

Notas Explicativas

Quantidade, montante e recursos líquidos

O quadro a seguir indica a quantidade de Ações emitidas/alienadas, o Preço por Ação, o valor total das comissões pagas pela Companhia e Acionistas Vendedores aos Coordenadores da Oferta, bem como os recursos líquidos oriundos da Oferta no ano de 2020.

Ofertante	Quantidade	Montante (1)	Comissão e despesas	Recursos líquidos (2)
Companhia	345.931.999	3.099.286.440	182.186.213	2.917.100.227
Acionistas vendedores	118.020.164	1.062.364.462	61.725.880	1.000.638.582
Total	463.952.163	4.161.650.902	243.912.093	3.917.738.809

(1) Com base no Preço por Ação de R\$ 8,97; e

(2) Recursos líquidos de comissões e despesas da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Custos com transação de capital

Em 08 de outubro de 2020, a Companhia realizou o registro de Oferta Pública de Ações (IPO) e seus gastos foram contabilizados como despesas do exercício no montante de R\$ 42.602.

b) Ações em tesouraria

Com a aprovação do Programa “Outorga de Ações Restritas” em Assembleia Geral de Acionistas em 20 de abril de 2023 e Reunião do Conselho de Administração em 08 de maio de 2023, ficou autorizado a recompra de ações para manter em tesouraria para fazer frente as obrigações com os beneficiários.

Foi realizado em 22 de agosto de 2023 a recompra de 1.000.000 de ações no valor total de R\$ 7.465, com o preço unitário de R\$ 7,465, das quais 600.708 ações são para atender o primeiro lote, vide movimento a seguir:

	Controladora	
	Quantidade	Valor
Saldo anterior	-	-
Compra	1.000.000	7.465
Outorga de ações restritas	(600.708)	(3.275)
Deságio	-	(1.210)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	399.292	2.980

c) Apuração dos dividendos e destinação do lucro

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	1.220.856	1.052.419
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(61.043)	(52.621)
(-) Constituição da reserva de incentivos fiscais	(1.159.813)	(999.798)

• Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023

No que se refere aos resultados referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, a administração da Companhia proporá em Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), que, do resultado apurado no exercício; (i) 5% (cinco por cento) seja aplicado na constituição de reserva legal, a qual não excederá o limite de 20% do capital social, conforme determinação do art. 193 da Lei nº 6.404/76; e (ii) que o saldo do resultado do exercício social seja aplicado para compor a reserva de incentivos fiscais, destinada para melhorias e expansão das atividades econômicas do Grupo Mateus, conforme art. 195-A da Lei nº 6.404/76.

Notas Explicativas

Em decorrência do descrito acima e caso tais propostas venham a ser aprovadas pelos acionistas da Companhia em AGO, não haverá distribuição de dividendos obrigatórios referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, o saldo resultante de tais destinações seja destinando os mesmos para melhorias e expansão das atividades econômicas do Grupo Mateus.

- i) 25% para o pagamento de dividendos aos acionistas, ajustados nos termos da Lei nº 6.404/76; e
 - ii) O saldo restante deverá ter sua destinação conforme estabelecido pela Assembleia Geral.
- d) Adiantamento para futuro aumento de capital e integralização de capital**

No encerramento do exercício, a Companhia apresentou saldo de Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) no valor de R\$ 44.217, através da cessão de direitos das ações que os acionistas majoritários detinham na empresa Industria de Paes e Massas Mateus, os quais serão regularizados no exercício de 2024.

20.1. Plano de pagamento baseado em ações

Na Assembleia Geral Extraordinária de 20 de abril de 2023, a Companhia aprovou a adoção como forma de remuneração de seus executivos e de suas controladas direta e indireta os programas de “Outorga de Ações Restritas” e de “Outorga de Opção de Compra de Ações”, dando a oportunidade de se tornarem seus acionistas, buscando uma maior retenção e alinhamento dos interesses destes administradores e empregados com os interesses dos acionistas, sempre com vistas ao desenvolvimento dos objetivos sociais do Grupo.

Na reunião do Conselho de Administração de 08 de maio de 2023 foram aprovados e celebrados os contratos entre as Companhias do Grupo e executivos, com base na entrega de Instrumentos Patrimoniais com a outorga de Ações Restritas e de outorga de Opção de Compra de Ações, cujo valor justo desses instrumentos foram calculados pelo modelo de precificação *Black&Scholes*, onde a Companhia e suas controladas passaram a reconhecer a despesa do custo das ações concedidas a partir de sua outorga até as respectivas datas de exercício de suas opções, conforme previsto em contrato, onde esses executivos poderão ou não exercer ao direito de compra dessas ações.

a) Características relevantes do programa de outorga de ações restritas

Destacamos as características mais relevantes do Programa:

- i) A outorga de opções deve respeitar o limite máximo até 5.000.000 (cinco milhões) de ações ordinárias da Companhia;
- ii) A gestão do Programa é de responsabilidade do Conselho de Administração;
- iii) O número de ações que o Beneficiário terá direito de adquirir ou subscrever foram estabelecidos em seus contratos, assim como todas as condições estabelecidas no Plano, sempre respeitando os limites previstos no item (i);
- iv) Com o propósito de atender a outorga deste Programa, a Companhia poderá transferir as ações mantidas em Tesouraria, sem custo para o beneficiário;
- v) Na hipótese de não haver ações em Tesouraria a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá diferir o prazo de entrega por mais 90 dias, renovável no máximo por mais 90 dias, tempo que a Companhia terá para adquirir as ações necessárias do mercado, ou converter a liquidação das Ações Restritas em equivalente benefício financeiro aos Beneficiários, utilizando a média ponderada por volume das cotações de fechamento das ações dos últimos 22 pregões na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, a contar da data prevista para a entrega das ações;
- vi) As opções poderão ser exercidas total ou parcialmente durante o prazo e nos períodos fixados nos Programas e nos respectivos contratos;
- vii) O “Período de *Lock Up*” é de 3 (três) anos a contar da data da assinatura do Contrato de Adesão, podendo ser diferente ou alterado, com a aprovação do Conselho de Administração; e

Notas Explicativas

viii) Em casos de desligamento de contrato de trabalho por iniciativa do Beneficiário ou por justa causa, perderá automaticamente todas as ações Restritas que ainda não foram transferidas, sem direito a qualquer indenização.

b) Características relevantes do programa de outorga de opção de compra de ações

Destacamos as características mais relevantes do Programa:

- i) A outorga de opções deve respeitar o limite máximo até 9.654.528 (nove milhões, seiscentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e vinte e oito) ações ordinárias da Companhia;
- ii) A gestão do Programa é de responsabilidade do Conselho de Administração;
- iii) O número de ações que o Beneficiário terá direito de adquirir ou subscrever foram estabelecidos em seus contratos, assim como todas as condições estabelecidas no Plano, sempre respeitando os limites previstos no item (i);
- iv) Com o propósito de atender a outorga deste Programa, a Companhia poderá transferir as ações mantidas em Tesouraria, ou emitir novas ações, observando limite da capital autorizado pela Companhia;
- v) As opções poderão ser exercidas total ou parcialmente durante o prazo e nos períodos fixados nos Programas, conforme os respectivos contratos;
- vi) Se até a data limite o executivo não apresentar o Termo de Exercício de Opção, as opções não exercidas serão automaticamente extintas e sem direito a indenização;
- vii) O “Período de Vesting” aprovado no Anexo I:
 - 30% do total de Opções outorgadas poderá ser exercido imediatamente, a partir da data de celebração do Contrato de Adesão;
 - 30% do total de Opções outorgadas poderá ser exercido, a partir de 31 de janeiro de 2024;
 - 40% do total de Opções outorgadas poderá ser exercido a partir de 31 de janeiro de 2025; e
 - No Anexo II o “Período de *Vesting*” aprovado é de 3 (três) anos.
- viii) No caso de exercício das opções das Opções a Companhia deverá utilizar a média ponderada por volume das cotações de fechamento das ações dos últimos 22 pregões na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, a contar da data prevista para a entrega das ações, podendo ser concedido um desconto de até 20%, que deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração; e
- ix) Em casos de desligamento de contrato de trabalho por iniciativa do Beneficiário ou por justa causa, perderá automaticamente todas as Opções outorgadas, cujo os “Períodos de *Vesting*” ainda não tenham se encerrado.

c) Outorgas

A primeira outorga das Ações Restritas exercida pela Companhia e seus beneficiários teve seu início em 08 de maio de 2023, cujas opções foram divididas em 2 Anexos, cada um deles sujeitos a um prazo de *Lock Up*. O preço de exercício para cada opção é de R\$ 5,45 (cinco reais e c quarenta e cinco centavos) valor esse correspondente a cotação média das ações de emissão da Companhia na B3 nos 22 (vinte e dois) pregões imediatamente anteriores a data da aprovação do Primeiro Programa de Ações Restritas da Companhia, realizada na Reunião do Conselho de Administração ocorrida em dia 08 de maio de 2023.

Notas Explicativas

A primeira outorga das Opções exercida pela Companhia e seu beneficiário teve seu início em 08 de maio de 2023, segregados em dois anexos:

Anexo I - O preço de exercício para a outorga da opção do Anexo I é de R\$ 4,01 (quatro reais e um centavo) valor esse correspondente à média ponderada por volume das cotações de fechamento de uma ação ordinária da Companhia nos pregões na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, entre os dias 7 (sete) e 21 (vinte e um) de julho de 2022.

Anexo II - O preço de exercício para outorga da opção do Anexo II é de R\$ 5,45 (cinco reais e quarenta e cinco centavos) valor esse correspondente à média ponderada por volume das cotações de fechamento de uma ação ordinária da Companhia nos pregões na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, no período de 04/04/2023 a 06/05/2023.

No quadro abaixo apresentamos a posição das outorgas em andamento:

Outorgas de ações restritas

Anexo/lote	Data início opção	Data fim opção	Opções aprovadas	Valor de aquisição
Anexo I - Lote I e II	08/05/2023	06/08/2023	157.898	R\$ 5,45
Anexo II	08/05/2023	06/08/2023	747.535	R\$ 5,45
Total restritas			886.255	

Outorgas de opção de compra de ações

Anexo	Data início opção	Data fim opção	Opções aprovadas	Valor de aquisição
Anexo I	08/05/2023	31/01/2025	3.620.448	R\$ 4,01
Anexo II	08/05/2023	08/05/2026	1.206.816	R\$ 5,45
Total opções			4.827.264	
Total geral			5.713.519	

Movimentação:

Quantidade anterior

-

Outorgas	5.713.519
Exercidas	(807.306)
Quantidade atual	4.906.213
Saldo (a)	5.833

a) Saldo compõe a linha de salários a pagar da nota explicativa nº 14 – Obrigações trabalhistas.

Notas Explicativas

21. Imposto de renda e contribuição social

a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não apresentou registro de impostos diferidos ativos líquidos, calculados sobre diferenças temporariamente não dedutíveis, a alíquota combinada de 34%.

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	40.774	44.143
Provisão para não realização de estoques	36.965	26.475
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	59.821	28.046
Total	137.560	98.664
Imposto de renda e contribuição social sobre diferença fiscal temporária (34%)	46.770	33.546
(-) Provisão para realização	(46.770)	(33.546)
Total de IR e CSSL diferidos contabilizados	-	-

As controladas da Companhia, Armazém Mateus e Mateus Supermercados, têm gozado de incentivos fiscais em suas operações, cujos incentivos têm sido excluídos da tributação do imposto de renda e da contribuição social nos respectivos exercícios fiscais do reconhecimento destes incentivos. Em linha com a Lei Complementar nº 160, de 07 de agosto de 2017, todos os incentivos e benefícios fiscais passaram a ser considerados como subvenção para investimento, sendo a sua tributação diferida até a distribuição destes valores aos acionistas da Companhia. Para maiores detalhes ver Nota Explicativa nº 25.

b) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.221.397	1.054.212	1.277.288	1.088.314
Imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34%	(415.275)	(358.432)	(434.278)	(370.027)
Diferenças temporárias e permanentes:				
Adições permanentes	(53.910)	(27.336)	(148.587)	(82.345)
Adições temporárias	(1.880)	-	(8.222)	(8.898)
Exclusões permanentes	470.524	383.975	131.929	79.416
Subvenção fiscal	-	-	416.508	358.335
Total de IR e CSLL sobre o lucro	(541)	(1.793)	(42.650)	(23.519)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(541)	(1.793)	(42.650)	(23.519)
Total da despesa com imposto de renda e contribuição social	(541)	(1.793)	(42.650)	(23.519)

Notas Explicativas

22. Receita líquida de vendas

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Mercadoria de revenda	30.245.569	24.528.321
Serviços prestados	127.457	74.500
(-) Deduções da receita:		
Impostos sobre a venda	(3.391.432)	(2.635.537)
Devoluções	(208.008)	(198.807)
Total	26.773.586	21.768.477

Impostos incidentes sobre vendas consistem, principalmente, de ICMS (alíquota de 0% a 30%), contribuições relacionadas ao PIS (alíquota de 0% ou 1,65%) e à COFINS (alíquota de 0% ou 7,6%).

23. Custos e despesas por natureza

Custo das mercadorias vendidas

O custo das mercadorias vendidas compreende o custo das aquisições líquido dos descontos e das Acordos Comerciais recebidos de fornecedores, das variações nos estoques e dos custos de logística. O Acordo Comercial recebido de fornecedores é mensurado com base nos contratos e acordos assinados entre as partes. O custo das vendas inclui o custo das operações de logística administradas ou terceirizadas pela Companhia e por suas controladas, compreendendo os custos de armazenamento, manuseio e frete incorridos até a disponibilização da mercadoria para venda. Os custos de transporte estão incluídos nos custos de aquisição.

Despesas com vendas

As despesas com vendas compreendem todas as despesas das lojas, tais como salários, marketing, ocupação, manutenção, despesas com administradoras de cartão de crédito etc. Os gastos com marketing referem-se às campanhas publicitárias para cada segmento em que o Grupo Mateus atua. Os principais meios de comunicação utilizados pelo Grupo Mateus são: rádio, televisão, jornais e revistas, tendo seus valores de Acordo Comercial reconhecidos no resultado do exercício no momento de sua realização.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas correspondem às despesas indiretas e ao custo das unidades corporativas, incluindo compras e suprimentos, tecnologia da informação e atividades financeiras.

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Custo da revenda	-	-	(20.960.658)	(16.969.435)
Despesas				
Despesas com pessoal	(35.061)	(23.544)	(2.158.204)	(1.739.170)
Comissões	-	-	(117.975)	(95.747)
Propaganda e publicidade	-	-	(92.496)	(72.625)
Aluguéis	-	-	(136.662)	(135.698)
Fretes e combustível	-	-	(456.957)	(383.066)
Depreciação	-	-	(208.944)	(219.779)
Amortização de arrendamento	-	-	(144.448)	(109.388)
Água, luz e telefone	-	-	(266.315)	(231.096)
Serviços prestados	(1.567)	(1.522)	(270.437)	(199.889)
Manutenção	-	-	(152.309)	(118.927)
Materiais de consumo	-	-	(168.274)	(148.844)
Despesas gerais	(1.052)	(872)	(217.134)	(157.004)
Total	(37.680)	(25.938)	(25.350.813)	(20.580.668)
Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas	-	-	(20.960.658)	(16.969.435)
Despesas administrativas, gerais e de vendas	(37.680)	(25.938)	(4.390.155)	(3.611.233)
Total	(37.680)	(25.938)	(25.350.813)	(20.580.668)

24. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras				
Juros sobre títulos recebidos	-	-	21.244	21.135
Juros sobre aplicações financeiras	15.357	25.529	143.974	78.007
Descontos financeiros obtidos	300	431	317	1.023
Outras receitas financeiras	-	-	76.462	83.501
Total de receitas financeiras	15.657	25.960	241.997	183.666
Despesas financeiras				
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	-	-	(8)	(84)
Juros de empréstimos e financiamentos	-	-	(201.350)	(136.196)
Juros passivos	-	(8)	(33.104)	(10.893)
Juros com parcelamento	-	-	(2.609)	(1.706)
Despesas financeiras de arrendamento	-	-	(168.988)	(104.801)
Despesas bancárias	(1.221)	(1.217)	(18.689)	(18.851)
Perda financeira	-	-	(13.314)	(5.482)
Percentual de cartão de crédito	-	-	(198.262)	(157.648)
Descontos concedidos	(5)	-	(10.996)	(24.975)
Total de despesas financeiras	(1.226)	(1.225)	(647.320)	(460.636)
Total do resultado financeiro	14.431	24.735	(405.323)	(276.970)

Notas Explicativas

25. Subvenções governamentais

A controlada Armazém Mateus S.A. é beneficiária do Termo de Acordo de Regime Especial – ICMS conforme Decreto nº 19.714/2014 da Sefaz – MA.

O benefício consiste na utilização de crédito presumido da redução da base de cálculo do ICMS, que resulte em 2% do valor integral do imposto devido ao Estado do Maranhão nas operações de venda em operações internas e interestaduais.

O Armazém Mateus possui benefícios fiscais relativos a ICMS também nos estados do Pará, Piauí, Bahia e Pernambuco.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a controlada fez jus a R\$ 1.129.267 em subvenções estaduais (R\$ 984.235 em 2022).

Uma subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do exercício e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições do CPC 07. A subvenção governamental não pode ser creditada diretamente no patrimônio líquido.

O tratamento contábil da subvenção governamental como receita deriva dos seguintes principais argumentos:

- a) Uma vez que a subvenção governamental é recebida de uma fonte que não os acionistas e deriva de ato de gestão em benefício da entidade, não deve ser creditada diretamente no patrimônio líquido, mas sim reconhecida como receita nos exercícios apropriados;
- b) Subvenção governamental raramente é gratuita. A entidade ganha efetivamente essa receita quando cumpre as regras das subvenções e cumpre determinadas obrigações. A subvenção, dessa forma, deve ser reconhecida como receita na demonstração do resultado nos exercícios ao longo dos quais a entidade reconhece os custos relacionados à subvenção que são objeto de compensação; e
- c) Assim como os tributos são despesas reconhecidas na demonstração do resultado, é lógico registrar a subvenção governamental que é, em essência, uma extensão da política fiscal, como receita na demonstração do resultado.

26. Instrumentos financeiros

a) Políticas e categorias dos instrumentos financeiros

A Companhia entende que os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas informações contábeis pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado, e a administração entende que os valores registrados se aproximam de seu valor justo. A seleção dos ativos e passivos apresentados nesta Nota Explicativa ocorreu em razão de sua relevância.

Foi considerado como cenário mais provável de se realizar, na avaliação da administração, nas datas de vencimento de cada uma das operações, as curvas de mercado (moedas e juros) da B3. Dessa maneira, no cenário provável (i) não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros. Para os cenários (ii) e (iii), para efeito exclusivo de análise de sensibilidade, considerou-se, conforme determinado nas normas editadas pela CVM, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco, até um ano dos instrumentos financeiros. A Companhia divulgou a exposição líquida dos instrumentos financeiros derivativos, os instrumentos financeiros correspondentes e certos instrumentos financeiros na tabela de análise de sensibilidade a seguir, para cada um dos cenários mencionados.

Notas Explicativas

A classificação dos principais instrumentos financeiros da Companhia é apresentada conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado				
Caixa e equivalente de caixa	154.007	175.729	1.289.138	1.795.647
Contas a receber	-	-	3.457.628	2.548.256
Partes relacionadas	-	2.005	104	7.238
Títulos e valores mobiliários	-	-	882	1.508
Total	154.007	177.734	4.747.752	4.352.649
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado				
Fornecedores	-	69	3.039.206	2.008.574
Empréstimos e financiamentos	-	-	742.279	738.801
Debêntures	-	-	1.037.105	1.092.252
Partes relacionadas	-	350	29.218	25.097
Total	-	419	4.847.808	3.864.724

b) Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros e regulatórios. O programa de gestão de risco global da Companhia considera na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pelo setor financeiro da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de administração. O setor financeiro da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. A Diretoria estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas.

i) Risco de mercado

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

ii) Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da escolha dos ativos para compor a carteira de investimentos, na capacidade financeira das contrapartes dos contratos de derivativos e da dificuldade de recebimento na liquidação de vendas e pelo não cumprimento de obrigações pela entrega de bens ou serviços pagos através de adiantamento a fornecedores.

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito, incluindo contas a receber em aberto.

iii) Risco de vencimento antecipado de debêntures

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de debêntures da Companhia, as quais estão mencionadas na Nota Explicativa nº 13.

Notas Explicativas

iv) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função de prazos de realização/ liquidação de seus direitos e obrigações. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre três e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2023				
Fornecedores	3.039.206	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	465.402	268.520	257.984	787.478
Partes relacionadas		29.218		
Em 31 de dezembro de 2022				
Fornecedores	2.008.574	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	192.831	414.906	595.401	627.915
Partes relacionadas	-	25.097	-	-

v) Instrumentos financeiros derivativos

	Consolidado			
	2023		2022	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Swaps de taxa de juros - hedge de valor justo	-	508	-	4.519
Circulante	-	508	-	-
Não circulante	-	-	-	4.519
Total	-	508	-	4.519

Os derivativos são usados apenas para fins econômicos de hedge cujo objetivo é proteger das taxas de juros fixas, convertendo a dívida em taxa de juros atreladas ao certificado de depósito interbancário, e não como investimentos especulativos. Esses derivativos não se enquadram nos critérios de contabilidade de hedge e são classificados como "Swap de taxa de juros – hedge" para fins contábeis e mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os derivativos para negociação são classificados como ativo ou passivo circulante. O valor justo total de um derivativo de hedge é classificado como ativo ou passivo não circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido por hedge for superior a 12 meses.

Os valores de referência (nocial) dos contratos de swap de taxas de juros, em aberto em 31 de dezembro de 2023, correspondem a R\$ 162.509 (2022 – R\$ 162.509).

Notas Explicativas

vi) Valores justos dos instrumentos financeiros derivativos

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado entre partes com conhecimento e voluntariamente em uma operação em condições de mercado.

Os valores justos são calculados pela projeção do fluxo de caixa futuro das operações, usando as curvas do CDI e descontando-os ao valor presente, usando taxas de mercado do CDI para swap, que são divulgadas pela B3.

c) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

i) Índice de endividamento

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

O índice de endividamento no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é o seguinte:

	31/12/2023	31/12/2022
Dívida	1.779.384	1.831.053
Caixa e equivalentes de caixa	(1.289.138)	(1.795.647)
Títulos e valores mobiliários	(882)	(1.508)
Dívida líquida	489.364	33.898
Patrimônio líquido	8.773.513	7.541.985
Índice de endividamento líquido	0,056	0,004

d) Risco de taxa de juros

i) Análise de sensibilidade para exposição de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A Companhia possui exposição a taxas de juros em suas aplicações financeiras equivalentes de caixa e nos títulos e valores mobiliários, vinculados ao CDI e empréstimos e financiamentos vinculados a TJLP. Foram realizadas análises de sensibilidade em relação a possíveis variações nesta taxa de juros.

Na data de encerramento do exercício findo, a administração estimou cenários de variação na CDI e TJLP. Para o cenário atual, foram utilizadas as taxas vigentes na data de encerramento do exercício findo e para provável foram utilizadas taxas de acordo com as expectativas de mercado.

Notas Explicativas

Tais taxas foram estressadas com aumento e redução em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os testes de sensibilidade dos cenários adversos, conforme demonstrado a seguir.

Simulação com expectativa do CDI e TJLP projetados, conforme a seguir:

	Cenário atual	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Saldo de aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	1.289.138	1.373.190	1.415.216	1.457.242	1.499.267	1.541.293
Taxa média (% do CDI)	-	100%	100%	100%	100%	100%
CDI projetado	-	6,52%	9,78%	13,04%	16,30%	19,56%
Saldo de aplicações financeiras	882	940	968	997	1.026	1.055
Taxa média (% do CDI)	-	100%	100%	100%	100%	100%
CDI projetado	-	6,52%	9,78%	13,04%	16,30%	19,56%
Saldo de financiamentos para investimento em máquinas e equipamentos - Finame (BNDES)	278.213	284.640	287.867	291.066	294.294	297.493
Juros sobre financiamento (IPCA + 6,08%)	-	8,39%	9,55%	10,70%	11,86%	13,01%
IPCA projetada	-	2,31%	3,47%	4,62%	5,78%	6,93%
Saldo de empréstimos para capital de giro	434.142	448.382	455.458	462.578	469.698	476.818
Juros sobre financiamento (TJLP + 6,97%)	-	10,25%	11,88%	13,52%	15,16%	16,80%
TJLP projetada	-	3,28%	4,91%	6,55%	8,19%	9,83%
Saldo de "leasing"	29.923	30.904	31.392	31.883	32.374	32.864
Juros sobre "leasing" (TJLP + 0,9%)	-	4,18%	5,81%	7,45%	9,09%	10,73%
TJLP projetada	-	3,28%	4,91%	6,55%	8,19%	9,83%
Saldo de debêntures	1.037.105	1.071.122	1.088.027	1.105.035	1.122.044	1.139.052
Juros sobre debêntures (TJLP + 2,59%)	-	5,87%	7,50%	9,14%	10,78%	12,42%
TJLP projetada	-	3,28%	4,91%	6,55%	8,19%	9,83%

Notas Explicativas

ii) Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros

Os níveis de hierarquia de valor justo de 1 a 3 se baseiam no grau com base no qual o valor justo é observável:

- As mensurações do valor justo do Nível 1 são aquelas resultantes dos preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- As mensurações do valor justo do Nível 2 são aquelas resultantes de outras informações que não sejam os preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta (por exemplo, como preços) ou indiretamente (por exemplo, resultante dos preços); e
- As mensurações do valor justo do Nível 3 são aquelas resultantes de técnicas de avaliação que incluem informações do ativo ou passivo que não se baseiam em dados observáveis de mercado (informações não observáveis).

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros referentes aos ativos e passivos da Companhia equivalem, em 31 de dezembro de 2023, aproximadamente, aos seus valores de mercado e estão devidamente apresentados. Os efeitos de ganhos e perdas são reconhecidos no resultado à medida que são auferidos e incorridos. Os instrumentos financeiros apresentados nessa demonstração financeira foram classificados como nível 3 na hierarquia de valor justo.

27. Resultado por ação

a) Política contábil

A Companhia apresenta dois métodos de cálculo do resultado por ação: (i) lucro (prejuízo) básico; e (ii) lucro (prejuízo) diluído. O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado com base no número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício, exceto as ações emitidas para pagamento de dividendos e ações em tesouraria.

O lucro (prejuízo) diluído leva em consideração o número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício, a participação de seus acionistas em exercícios futuros, tais como as opções de ações que, se exercidas pelos seus detentores, aumentarão o número de ações ordinárias e/ou preferenciais da Companhia, diminuindo o lucro por cada ação.

b) Quadro de resultado por ação

O quadro a seguir apresenta a determinação do lucro (prejuízo) líquido disponível aos detentores de ações e a média ponderada das ações em circulação utilizada para calcular o lucro (prejuízo) básico e diluído por ação excluindo as ações compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria em cada exercício apresentado.

Para o cálculo do resultado por ação, foi considerado a atual composição de ações ordinárias para o exercício comparativo, conforme requerido pelo CPC 41 – Resultado por Ação, mantendo o denominador básico e diluído em bases comparativas.

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia	1.220.856	1.052.419
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	2.209.178	2.209.346
Lucro líquido básico por ação - R\$	0,55	0,48

Notas Explicativas

28. Transações que não afetaram caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Adições de contratos de arrendamento	667.035	437.606
Capitalização da reserva de incentivos fiscais	3.272.883	-

29. Autorização para emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

O Conselho de administração da Companhia autorizou a emissão das presentes informações contábeis individuais e consolidadas em 06 de março de 2024.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos Acionistas e Administradores do
Grupo Mateus S.A.
São Luís – MA
Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo Mateus S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Grupo Mateus S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões para riscos (Nota Explicativa no 19)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

O Grupo é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível, tributária e trabalhista, para os quais a administração estima os valores envolvidos, faz divulgações e registra provisão em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas nos casos em que considera que haverá perda provável.

Essa área permanece como foco de nossa auditoria no exercício corrente devido à relevância, complexidade, aspectos subjetivos e julgamentos críticos exercidos pela administração na determinação da possibilidade de perda atribuída a cada processo, na mensuração e definição de reconhecimento e/ou divulgação de uma provisão. Mudanças nos prognósticos e/ou julgamentos podem trazer impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- A atualização do entendimento sobre os controles internos relevantes que envolvem a identificação, a constituição de provisão e as divulgações em notas explicativas; Testes das despesas com assessores legais para confirmar que todos os assessores legais foram avaliados para serem objeto de confirmação de processos judiciais em andamento; e
- Atualização do entendimento sobre o modelo de cálculo adotado, que considera a avaliação histórica de perda em processos da mesma natureza e prognósticos fornecidos por consultores jurídicos; confirmação junto aos assessores jurídicos externos da Companhia sobre os processos judiciais e administrativos que os mesmo patrocinam em relação à avaliação do prognóstico, totalidade das informações e ao valor estimado das demandas judiciais base para registro e divulgação das provisões para riscos (contingências).

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação e divulgação da provisão para riscos foram adequados, e são consistentes no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Reconhecimento de acordos comerciais (Nota Explicativa no 23)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

O Grupo recebe descontos comerciais significativos por acordos negociados junto aos seus fornecedores. Esses acordos comerciais variam conforme cada negociação, podendo compreender acordos pelo volume de compra, redução e ou diferença de preço, recomposição de margem, verbas (percentual sobre compras), propaganda cooperada e demais negociações especiais. A forma de abatimento varia conforme as condições previstas nos acordos de fornecimento, podendo haver descontos de títulos e recebimento de mercadorias bonificadas. As bonificações recebidas de fornecedores são mensuradas e reconhecidas com base nos contratos e acordos assinados, e registradas no resultado na devida competência.

Devido ao grande volume de transações, a relevância dos valores envolvidos e ao grau de julgamento exercido pelo Grupo sobre a natureza e o cumprimento das obrigações descritas nos acordos negociados com fornecedores, bem como das estimativas para apurar os valores a serem registrados e o exercício durante o qual o resultado dos acordos deve ser reconhecido como redutor dos custos das mercadorias vendidas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos, novamente para o exercício corrente, esse assunto significativo em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho e implementação dos controles internos julgados como chaves no processo de compras e acordos comerciais;
 - Recálculo dos valores “acordos comerciais – verbas” a receber sobre uma amostragem, em relação às transações de compra.
- Avaliação das condições previstas no acordo, recálculo do valor a receber de verbas, comparação com o saldo contábil, inspeção da liquidação financeira subsequente e ou o recebimento de mercadoria bonificada através da checagem da nota fiscal de entrada;
- Seleção de amostragem para os demais acordos comerciais (rebaixa/diferença de preço, inauguração de loja, propaganda cooperada, entre outros), para os quais obtivemos documentação suporte dos acordos firmados, incluindo a evidência de liquidação

financeira subsequente e/ou o abatimento pelo recebimento de mercadoria bonificada através da checagem da nota fiscal de entrada;

- Observação da data de vencimento na documentação suporte e validação da integralidade do aging list apresentado pela Companhia, além da avaliação quanto à adequação do reconhecimento contábil dos lançamentos selecionados em base de testes;
- Análise das variações mensais dos saldos reconhecidos com descontos comerciais em relação aos custos das vendas, considerando tendências, sazonalidade e informações históricas; e
- Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes relacionadas aos descontos comerciais obtidos.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos indicados anteriormente, consideramos que os saldos registrados de Acordos comerciais e as divulgações correlatas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Subvenções governamentais – ICMS (Nota Explicativa no 25)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

De acordo com a legislação estadual, a controlada Armazém Mateus S.A. é beneficiária do Termo de Acordo de Regime Especial – ICMS que consiste na utilização de crédito presumido da redução da base de cálculo do ICMS, que resulta em 2% do valor integral do imposto devido ao Estado do Maranhão nas operações de venda em operações internas e interestaduais.

A subvenção governamental é reconhecida como receita ao longo do exercício e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática. Este conceito contábil é aplicado, pois a administração entende que a subvenção governamental é recebida de uma fonte que não os acionistas e deriva de ato de gestão em benefício da entidade, bem como a entidade ganha efetivamente essa receita quando cumpre as regras das subvenções e cumpre determinadas obrigações.

Devido à relevância dos valores envolvidos, às premissas utilizadas pelo Grupo para determinar o conceito contábil, que podem impactar o valor registrado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo novamente em nossa auditoria do exercício corrente.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Obtivemos, com o auxílio de nossos especialistas tributários, por meio de indagações aos responsáveis da área tributária do Grupo e testes por amostragem, o entendimento da metodologia de registro da subvenção governamental nas demonstrações financeiras;
 - Efetuamos o recálculo da subvenção governamental de ICMS e avaliamos a adequação da apresentação dos saldos entre receitas e custos, assim como a suficiência dos registros; e
 - Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes, principalmente as relacionadas às premissas e condições da NBC TG 07 (R1) – Subvenção e Assistência Governamentais (IAS 20).
- Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos anteriormente citados, consideramos que são aceitáveis os registros efetuados pelo Grupo na determinação sobre a contabilização da subvenção governamental de ICMS nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia.

Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável,

os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de

acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 06 de março de 2024

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

CRC MG-008.957/F-8

Daniel Menezes Vieira

Contador CRC 1MG-078.081/O-1

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

RELATÓRIO ANUAL 2023 DO COMITÊ DE AUDITORIA DO GRUPO MATEUS S.A.

Inicialmente informamos que a Companhia divulgou os relatórios trimestrais de 2023 realizados por este Comitê, contemplando todas as reuniões realizadas e os principais assuntos discutidos no final em casa um dos trimestres de 2023, com as nossas recomendações.

Aproveitamos este relatório para informar que levamos ao conhecimento do Conselho de Administração da Ata de Reunião do Comitê de Auditoria Anual 2022, em atendimento ao ofício 1138/2023-SLS da CVM datado de 13 de outubro de 2023, subtendo-o ao DRI para solução.

Nos trimestres de 2023, o Comitê continuou, como de costume, o acompanhamento dos procedimentos da Auditoria Interna e o escopo dos trabalhos que vinham sendo desenvolvidos nos meses anteriores. A Auditoria Interna continuou nos ajustes necessários descritos na Carta de Recomendação da Auditoria Externa de 2022, detalhando os status das recomendações e evolução entre os anos 2021 e 2022, e a descrição das remediações em 2023 e projeções para 2024.

Ainda a Auditoria Interna demonstrou o cronograma dos trabalhos realizados em 2023, sendo os testes de auditoria realizados nas seguintes áreas: estoques, logística, precificação, revisão dos perfis de acesso TI, comercial/compras para revenda, aquisição de serviços, operações de lojas. Apresentou também os trabalhos contínuos e o Plano de Auditoria Interna para o ano 2024, o qual aprovamos: Matriz de Risco 2022, análise dos resultados da auditoria interna de anos anteriores, continuidade dos ajustes na Carta de Recomendação de Controles da Auditoria Externa em 2022, Demonstrações Financeiras, e proposta de entrevistas com os executivos.

Com relação à Matriz de Risco, estabelecida na Política de Gestão Estratégica de Riscos da Companhia, foi contratado um diretor executivo, subordinado ao vice-presidente financeiro. O COAUD demandou uma atualização da matriz de riscos de 2022 e um plano estruturado para a mitigação de todos os riscos relevantes identificados.

Os membros do Comitê de Auditoria também examinaram todas as demonstrações financeiras da Companhia, referentes aos períodos trimestrais de 2023, bem como o encerrado em 31 de dezembro de 2023 e, considerando as informações prestadas com base nos relatórios preparados pela Grant Thornton Auditores Independentes, recomendamos a aprovação de tais documentos pelo Conselho de Administração.

Nesse sentido, os membros do Comitê reapresentam resumidamente este conteúdo anual do presente Relatório do Comitê de Auditoria 2023, contendo os detalhamentos das atividades ocorridas.

REUNIÕES E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO COMITÊ

Nos termos do Regimento Interno do Comitê (capítulo 5), o Comitê reuniu-se ordinariamente, trimestralmente, convocado pelo Coordenador do Comitê.

Em atenção a essa disposição, os membros do Comitê destacam que o Comitê se reuniu 4 vezes no período entre a apresentação das demonstrações financeiras referentes ao exercício social de 2023, sendo todas as reuniões em caráter ordinário. As reuniões foram realizadas nas seguintes datas: 06 de maio de 2023; 05 de agosto de 2023; 04 de novembro de 2023 e agora 01 de março de 2024.

O Comitê, nos períodos acima indicados, dedicou-se especialmente às seguintes principais atividades: (a) análise, revisão e recomendação com referência às informações financeiras trimestrais referentes aos períodos findos em 31 de março de 2023, 30 de junho de 2023 e 30 de setembro de 2023; e (b) análise, revisão e recomendação com referência às demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Destaca-se que, no período, os membros do Comitê discutiram com a Administração e a Auditoria os assuntos relevantes de cada período acima analisado, inclusive com relação a elaboração e execução de um plano de ação adotado pela da Companhia para a melhoria dos controles internos a fim de mitigar os riscos identificados na Matriz de Risco que foi desenvolvida em conjunto com a área de auditoria interna; bem como a apreciação do Relatório de Recomendações elaborado pela auditoria externa.

1. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Ressalta-se que, por se tratar de órgão de assessoramento do Conselho de Administração, as decisões do Comitê constituem recomendações não vinculativas ao órgão.

Para referência, os membros do Comitê ressaltam que, em atenção às demonstrações financeiras do final de exercício, aprovaram o seguinte parecer que será submetido e analisado pelo Conselho de Administração:

"O Comitê de Auditoria, no uso das suas atribuições regulamentares, em reunião realizada às 8 horas em 01 de março de 2024, na sede social da Companhia, apreciou as informações financeiras da Companhia referentes ao quarto trimestre do exercício social de 2023, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório de revisão especial do auditor independente, segundo relatório preliminar. Com base nos exames efetuados, nos esclarecimentos prestados pela Administração e, considerando ainda, o parecer de revisão sem ressalvas do Grant Thornton Auditores Independentes Ltda., o Comitê de Auditoria concluiu que as citadas informações financeiras, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentadas e recomendamos o seu encaminhamento para deliberação do Conselho de Administração".

São Luis/MA, 01 de março de 2024.

Membros do Comitê:

Margil Mourão Gil Nunes

Carlos Henrique Bandeira de Mello Junior

José Billegas

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

A Diretoria do Grupo Mateus, sociedade por ações com sede na Avenida Daniel de La Touche, no 73, Loja 03, bairro Cohama, na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, inscrita no CNPJ/ME sob o no 24.990.777/0001-09 ("Companhia") declara, nos termos do artigo 25, parágrafo 1o, incisos V e VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários no 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que:

(i) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

São Luís, 06 de março de 2024

Jesuino Martins Borges Filho Diretor Presidente

Tulio Jose Pitol de Queiroz
Vice-Presidente Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

A Diretoria do Grupo Mateus, sociedade por ações com sede na Avenida Daniel de La Touche, no 73, Loja 03, bairro Cohama, na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, inscrita no CNPJ/ME sob o no 24.990.777/0001-09 ("Companhia") declara, nos termos do artigo 25, parágrafo 1o, incisos V e VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários no 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que:

(i) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

São Luís, 06 de março de 2024

Jesuino Martins Borges Filho Diretor Presidente

Tulio Jose Pitol de Queiroz
Vice-Presidente Financeiro e Diretor de Relações com Investidores